



RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO
DA SAÚDE PÚBLICA – SESAP

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 730, - Bairro Centro, Natal/RN, CEP 59012-240
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.saude.gov.br>

EDITAL Nº PE 90005 2026/2026

Processo nº 00610416.000005/2026-29

EDITAL Nº 90005/2026

PREGÃO ELETÔNICO Nº 90005/2026
(Processo SEI nº 00610416.000005/2026-29)

CONTRATANTE:

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA – HRTVM - **UASG: 927052**

OBJETO:

A presente licitação tem como objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na locação de equipamentos de hematologia, novos e de primeiro uso, incluindo manutenção preventiva e corretiva, bem como o fornecimento dos insumos e reagentes necessários. Serão disponibilizados 02 (dois) equipamentos contadores automáticos de hematologia, com contagem diferencial de 5 partes e, no mínimo, 25 parâmetros cada, para atender a demanda do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia – HRTVM. A instalação e o treinamento deverão ser realizados de forma imediata, com vigência contratual de 24 (vinte e quatro) meses, em conformidade com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

MODALIDADE:

Pregão Eletrônico.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Trata-se de solicitação para contratação de empresa especializada na locação de equipamentos de hematologia, com fornecimento de insumos e reagentes, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, a fim de atender as necessidades do Laboratório de Análises Clínicas desta unidade, que funciona ininterruptamente 24 horas por dia.

A contratação é imprescindível para o bom e regular funcionamento do setor, tendo em vista a grande demanda de exames solicitados pelos profissionais médicos, considerando o elevado fluxo de pacientes que dão entrada nesta unidade com diferentes tipos de patologias clínicas. O hospital é referência no atendimento de urgência e emergência para a população de Mossoró, cidades circunvizinhas, região Oeste e Alto Oeste do Estado, conforme previsto no artigo 198 da Constituição Federal de 1988 e no artigo 7º do Capítulo II da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

A locação dos equipamentos, aliada ao fornecimento contínuo dos insumos e reagentes, está diretamente relacionada à garantia da assistência aos pacientes internados e aos usuários que buscam atendimento nesta unidade hospitalar, assegurando um serviço seguro e adequado no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, contribui para o atendimento satisfatório da demanda rotineira de exames nesta unidade de saúde.

Trata-se, portanto, de contratação necessária, oportuna e plenamente justificada, que assegura o suporte operacional indispensável ao funcionamento do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia, em conformidade com a legislação vigente, o interesse público e as boas práticas de governança na saúde pública.

VALOR ESTIMADO

O orçamento estimado para a contratação terá caráter sigiloso, sendo tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase de lances, posterior à adjudicação do objeto. Essa medida não prejudica a divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

A presente licitação será realizada com critério de julgamento de **menor preço por item**, conforme disposto nos artigos 6º, XLI, e 29 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de bens e serviços comuns, com especificações usuais no mercado.

FORMA DA DISPUTA:

Disputa em sessão pública na forma eletrônica.

Local (plataforma): <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Pregoeiro da disputa: Manoel Jácome de Lira

Equipe de Apoio: Laurismar Gomes da Costa

Lillian Kelly Rocha da Fonseca Moraes

Luiz Gonzaga de Azevedo Júnior

MODO DE DISPUTA:

[Aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

[NÃO]

MARGENS DE PREFERÊNCIA:

Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

REFERÊNCIA DE TEMPO:

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 14/05/2026

HORÁRIO: 09:00 horas

LOCAL: www.comprasnet.gov.br

CÓDIGO UASG: 927052

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

Endereço: Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia

CNPJ: 08.241.754/0104-50

Rua Projetada, S/N, Bairro Aeroporto – CEP 59607-100 – Mossoró/RN

E-mail: cpl.hrtm@saude.rn.gov.br

Portal: www.compras.rn.gov.br

Sistema Federal: www.gov.br/compras – Acesso Identificado sob a **UASG nº 927052**

Torna-se público que o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Secretaria de Estado da Saúde Pública – SESAP, através do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia – HRTVM, por meio dos seus Agentes de Contratação, devidamente designados pela PORTARIA SEI nº 2200, de 29 de julho de 2024 (Anexos I e II), Publicada no Diário Oficial do Estado nº 15720 de 31 de julho de 2024, com sede na Rua Projetada, S/N, Bairro Aeroporto, CEP 59607- 100, Mossoró/RN, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na sua forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço por item**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

REFERENCIAL

1. DO OBJETO.
2. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.
4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.
7. DA FASE DE JULGAMENTO.
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.
- DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PROPONENTE
10. DAS DECLARAÇÕES EXIGIDAS PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.
11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.
13. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAL.
14. DA ENTREGA DO OBJETO CONTRATUAL.
15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.
16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.
17. DA GARANTIA CONTRATUAL E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
18. DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.
20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

1- DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para a Locação de Equipamentos de Hematologia, novos e de primeiro uso, com manutenção preventiva e corretiva com fornecimento dos insumos e reagentes dos seguintes equipamentos: 02 (dois) Equipamentos Contador Automático de Hematologia com Contagem Diferencial de 5 partes e no mínimo 25 parâmetros, para imediata instalação e treinamento, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, afim de atender a demanda do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia – HRTVM, em conformidade com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em item único, composto pelo item e seu respectivo subitem, conforme tabela abaixo e constante do Termo de Referência anexo a este edital.

Quantidade de material/serviço da solução a ser contratada						
HEMATOLOGIA						
ITEM	CATMAT/ CATSER	ESPECIFICAÇÃO			UNIDADE DE MEDIDA	QUANT TOTAL
01	14206	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 02(DOIS) EQUIPAMENTOS CONTADOR AUTOMATICO DE HEMATOLOGIA COM CONTAGEM DIFERENCIAL DE 5 PARTES E NO MÍNIMO 25 PARÂMETROS CARACTERISTICAS MINIMAS EXIGIVEL: Princípios de medição: Leitura através de dispersão do laser por citometria de fluxo. (WBC Diff) e/ou Método por impedância (WBC/RBC/PLT). Reagentes hemolíticos livres de cianeto (HGB). Parâmetros mínimos: 25 parâmetros, incluindo 25 resultados de parâmetros (WBC, LYM%, LYM#, NEU%, NEU#, MON%, MON#, EOs%, EOs#, BAS%, BAS#, RBC, HGB, HCT, MCV, MCH, MCHC, RDW-CV, RDW- SD, PLT, PDW, MPV, PCT, P-LCR e P-LCC) e 4 parâmetros de pesquisa (ALY#, ALY%, LIC#, LIC%). Com diagrama de dispersão e 3 histogramas. Rendimento mínimo : 60 amostras por hora, Display touchscreen colorido, Software intuitivo em português, Impressora térmica embutida e opções de uso de impressora externa laser com insumos para impressão dos resultados, Armazenamento de resultados incluindo diagramas de dispersão, histogramas e informação de paciente. REGISTRO ANVISA.			SERV/LOCAÇÃO /MÊS	24
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS TESTES		UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. DE MESES	QUANT. TESTES MENSAL	QUANT. TESTES TOTAL
1.1	EXAMES DE HEMATOLOGIA		Mês	24	3.500	84.000
TOTAL DE TESTES DO ITEM 1.1					3.500	84.000

Edital PE 90005 2026 LOCAÇÃO EQUIP HEMATOLOGIA (40952775) SEI 00610416.000005/2026-29 / pg. 4

3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6.3.2. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.6.3.3. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.4.1. O impedimento de que trata o subitem anterior também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.8.1. A vedação de que trata o caput estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.9.1. O presente certame se trata de uma licitação envolvendo bem comum e que a complexidade do objeto já faz parte da rotina tradicional do Hospital, optou-se pela não participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente modelo foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, consignou-se a vedação.

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do EDITAL - financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, preferencialmente, em campo próprio do sistema eletrônico ou por declaração específica, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação no sistema do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020, bem como à Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração do enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item e valor total da proposta;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Catálogo/Folder dos equipamentos ofertados.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a

responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado com base no **valor unitário do item**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ R\$ 30,00** (Trinta reais) para o item único.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 20 (vinte) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá conforme o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**aberto**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto no art 42 da Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (*duas*) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

) SICAF (<https://www.comprasnet.gov.br>);

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação no SICAF do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação por registro de possível Ocorrência Impeditiva Indireta.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, conforme os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado

para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. A aceitabilidade da proposta estará condicionada ao PARECER TÉCNICO, que será solicitado pelo pregoeiro ao setor de LABORATÓRIO do Hospital Regional Tarcísio Maia, além da análise documental, conforme especificações do Termo de Referência.

7.13. O(s) resultado(s) do(s) parecer(es) técnico(s) serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada através de cartório competente ou por e-mail: cpl.hrtm@saude.rn.gov.br

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133/2021](#).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais, não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o

exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (*duas*) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo de [*no mínimo 2 (duas) horas*], prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.20. DA VISTORIA

8.20.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 12 horas e de 14 horas às 17 horas.

8.20.2. O agendamento deve ser solicitado com antecedência ao Setor de LABORATÓRIO do HRTVM pelo e-mail laboratoriohrtvm@gmail.com e deve especificar como assunto "SOLICITAÇÃO DE VISITA TÉCNICA - PREGÃO ELETRÔNICO LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE HEMATOLOGIA".

8.20.3. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

8.20.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

8.20.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.20.6. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (Conforme Lei 14.133/2021, Art. 63, IV, § 3)

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PROPONENTE

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

9.2. Nas licitações promovidas pela SESAP, deverão constar das propostas de preços de mercadorias ou serviços sujeitos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), conforme disposição da [Lei Estadual nº 8.966, de 21 de junho de 2007](#).

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de

identificação em todo o território nacional;

9.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.3.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 3º, §2º do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023](#).

9.3.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

9.3.11. A autorização para o exercício da atividade de distribuidor e fabricante, de artigos médico hospitalares, será feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos, conforme Decreto nº 8077 de 14 de agosto de 2013, no seu CAPÍTULO II, Art. 2º e 3º:

Art. 2º O exercício de atividades relacionadas aos produtos referidos no art. 1º da Lei nº 6.360, de 1976, dependerá de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.

Parágrafo único. As atividades exercidas pela empresa e as respectivas categorias de produtos a elas relacionados constarão expressamente da autorização e do licenciamento referidos no caput.

Art. 3º Para o licenciamento de estabelecimentos que exerçam atividades de que trata este Decreto pelas autoridades dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, o estabelecimento deverá: I - possuir autorização emitida pela Anvisa de que trata o caput do art. 2º ; II - comprovar capacidade técnica e operacional, e a disponibilidade de instalações, equipamentos e aparelhagem imprescindíveis e em condições adequadas à finalidade a que se propõe; III - dispor de meios para a garantia da qualidade dos produtos e das atividades exercidas pelo estabelecimento, nos termos da regulamentação específica; IV - dispor de recursos humanos capacitados ao exercício das atividades; e V - dispor de meios capazes de prevenir, eliminar ou reduzir riscos ambientais decorrentes das atividades exercidas pelo estabelecimento que tenham efeitos nocivos à saúde.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

9.4.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.5. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

9.5. Qualificação Econômico-Financeira

9.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

9.5.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

9.5.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

9.5.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo até 10% do valor total estimado da contratação OU valor total estimado da parcela pertinente

9.5.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

9.5.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º](#))

9.5.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.5.8. Comprovação de cotas de aprendizes e pessoas com deficiência: no ato de contratação com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, relativamente a bens, serviços e obras, bem como durante a vigência dos respectivos contratos, as empresas deverão comprovar o cumprimento de leis e decretos federais relacionados na [Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020](#), que determinam o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência.

9.5.9. A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 69º, §§ 1º, 2º e 5º, trata a respeito dos índices econômicos os quais destinam-se exclusivamente à seleção dos licitantes com aptidão econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral do contrato. O objetivo, portanto, é prevenir a Administração Pública para que empresas aventureiras e sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro, possam vir a participar e vencer o certame e, durante a execução contratual, não apresente capacidade para concluir o objeto da obrigação assumida. Por conseguinte, a licitante interessada deverá dotar-se de capacidade financeira para, além de cumprir com todas as obrigações contratuais, suportar possível delonga no pagamento. Nesse sentido, não é demais lembrar que a legislação, de certo modo, estabelece condições mais favoráveis à Administração (contratante) do que à empresa vencedora da licitação (contratada), uma vez que a empresa contratada deverá aguardar o prazo de pagamento, que geralmente é de 30 dias após a apresentação dos documentos de cobrança, bem como deve suportar o atraso de até 02 (dois) meses, contados da emissão da Nota Fiscal (art. 137, § 2º, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021), para, só então, poder pleitear a extinção da obrigação contratual. Portanto, a exigência dos índices tem sua importância e relevância, se avaliada sob a luz da capacidade econômico-financeira da empresa de suportar, dentre outros intempéries, eventuais atrasos no pagamento. Dessa forma, os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei 14.133/2021, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos observando valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustam ou restringem o caráter competitivo do certame, visto que estão postos e estabelecidos nos patamares mínimos aceitáveis.

9.6. Qualificação Técnica

9.6.1. Exigência de qualificação técnica foi determinada com base nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado. Eis o posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b) sobre a razoabilidade: "As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic)ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado" Esclarecemos também que os equipamentos que fazem parte do objeto desta licitação são bens públicos e que por isso, são de interesse de toda a sociedade, e em função da alta monta de valor cabe a Administração Pública exigir cuidados e fazer sua parte para garantir a capacidade técnica dos interessados em executar o contrato de forma eficiente evitando prejuízos ao erário.

9.6.2. Considerando que os objetos pleiteados seguem regime de Vigilância Sanitária, o distribuidor deverá ser empresa idônea, inspecionada periodicamente e assegurem que a qualidade de seus produtos atenda aos requisitos técnicos necessários. Sendo assim, seguindo a Portaria GM/MS nº 2814 de 29 de maio de 1998, Art. 5º (alteração dada pela Portaria 3.765, de 25 de outubro de 1998), necessitam fornecer, conforme solicitação da instituição, a Licença Sanitária de Funcionamento Estadual ou Municipal bem como a Comprovação da Autorização de Funcionamento (AFE) da empresa;

9.6.3. O Licitante deverá apresentar, no que couber, os seguintes documentos:

9.6.3.1. Licença Sanitária Estadual ou Municipal;

9.6.3.2 Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE da licitante, atualizada, emitido pela ANVISA, apenas para os licitantes dos itens passíveis de registro na ANVISA;

9.6.4. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.6.5. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

9.6.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.6.6.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.6.7. Declaração dos fabricantes dos equipamentos ofertados que a empresa está apta a oferecer instalação, oferecer treinamento e assistência técnica para a utilização dos equipamentos ofertados.

9.6.8. Declaração do fabricante dos equipamentos ofertados que são novos de primeira instalação;

10. DAS DECLARAÇÕES EXIGIDAS PARA FORMILIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Serão exigidas, no momento da assinatura do contrato, as seguintes Declarações:

10.2. COTAS DE APRENDIZES:

10.2.1. Comprovação do preenchimento da cota de aprendizes prevista no art. 429 do Decreto-Lei 5.452, de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do total de empregados contratados pela licitante. (Decreto Estadual nº 30.753, de 22 de julho de 2021, alterado pelo Decreto nº 31.902, de 09 de setembro de 2022).

10.2.2. A comprovação de que trata o subitem anterior será atestada mediante declaração firmada pelo responsável legal da empresa, acompanhada dos registros de contratação dos aprendizes, ocultando se os respectivos dados pessoais, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (*Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD*);

10.3. VAGAS PARA DEFICIENTES FÍSICOS:

10.3.1. No ato de contratação com o Estado do Rio Grande do Norte, relativamente a bens, serviços e obras, bem como durante a vigência dos respectivos contratos, as empresas deverão comprovar o cumprimento da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que em seu artigo 93 estabelece a obrigatoriedade de preenchimento no quadro de funcionários da empresa com 100 ou mais empregados, com beneficiários reabilitados ou com pessoas com deficiência, (2% até 200 empregados até 5% a partir de 1.001 empregados).

10.3.2. Incumbe às empresas licitantes, quando for o caso, comprovar que não se enquadram nas obrigatoriedades estabelecidas no Decreto-Lei nº 5.452/1940 (CLT), regulamentado pelo Decreto Federal nº 9.579/2018 e na Lei Federal nº 8.213/1991, bem como expor os motivos de eventual descumprimento, na hipótese de serem obrigadas à observância das leis e decretos mencionados.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três)** dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três)** dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://sei.rn.gov.br/sip/login.php?sigla_orgao_sistema=SEAD&sigla_sistema=SEI.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou a Contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Edital PE 90005/2026 LOCAÇÃO EQUIP. HEMATOLOGIA (40952775)	SEI 00610416.000005/2026-29 / pg. 13

Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar e contratar
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

12.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), as seguintes sanções:

12.1.1. advertência;

multa;

12.1.2. impedimento de licitar e contratar;

12.1.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos produtos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos itens em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

§ 4º A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do [art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do [art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

§ 7º As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.2. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.3. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do [art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.4;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

III - suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

12.4. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.5. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.6. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos [incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2023](#), a SESAP regulamentou a forma do cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

12.7. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#).

12.8. É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

12.8.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

12.8.2. pagamento da multa;

12.8.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

12.8.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

12.8.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13 - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4. A Contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.6. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

13.6.1. A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

DO GESTOR DE CONTRATO

13.7. Caberá ao gestor de contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 47):

13.7.1. analisar a documentação que antecede o pagamento;

13.7.2. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;

13.7.3. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

13.7.4. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

13.7.5. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

13.7.6. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

13.7.7. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

13.7.8. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da Contratada;

13.7.9. ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;

13.7.10. coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;

13.7.11. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

13.7.12. Desempenhar outras atividades compatíveis com a função;

Parágrafo único: O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente da contratante.

DO FISCAL DE CONTRATO

13.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).[33]

13.9. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais ([Decreto Estadual 32.449, de 2023, art. 48](#)):

13.9.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

13.9.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

13.9.3. fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

13.9.4. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

13.9.5. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;

13.9.6. manter contato com o preposto da Contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

13.9.7. efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

13.9.8. sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

13.9.9. notificar formalmente a Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;

13.9.10. desempenhar outras atividades compatíveis com a função.

13.10. O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à

regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis ([Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 49](#)).

13.10.1. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

13.10.1.1. os resultados obtidos em relação à Contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;

13.10.1.2. os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

13.10.1.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

13.10.1.4. a conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;

13.10.1.5. o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;

13.10.1.6. a satisfação do público usuário.

13.10.2. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço.

13.10.3. Em havendo o subdimensionamento de que trata o 8.10.2, o fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade responsável para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os requisitos de alteração previstos no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.10.4. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:

13.10.4.1. marca;

13.10.4.2. qualidade;

13.10.4.3. forma de uso.

13.10.5. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente ([Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 50](#)).

14 - DA ENTREGA DO OBJETO CONTRATUAL

14.1. Relevância dos requisitos estipulados:

14.1.1. Os requisitos desta contratação estão dentro dos critérios comumente verificados no mercado, não concorrendo para restringir a concorrência da licitação.

14.2. Condições de Entrega:

14.2.1. O prazo de execução dos serviços será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação expressa, encaminhada pela CONTRATANTE, juntamente com a Nota de Empenho.

14.2.2. A empresa contratada será a responsável pela entrega dos equipamentos de Hematologia (Novos e de primeiro uso), que deverão ser instalados no local a ser definido no laboratório do HRTM, com o fornecimento dos insumos e reagentes e assistência técnica de manutenção preventiva e corretiva, e todos os outros insumos necessários para o bom funcionamento do laboratório de Análises Clínicas desta unidade hospitalar.

14.2.3. As instalações dos equipamentos serão no setor do Laboratório de Análises Clínicas - LAC do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia, no horário 08h00 as 12:00 e 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, no endereço à Rua projetada, s/n Bairro Aeroporto - Mossoró/RN, CEP 59607-100.

14.2.4. Os serviços serão executados acompanhados de Nota Fiscal contendo obrigatoriamente: denominação genérica conforme a Nota de Empenho e o seu respectivo nome comercial (quando houver), lote, validade, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário, valor total, número de empenho, número do processo. Não será aceito somente o nome comercial na Nota Fiscal, caso isso ocorra motivará o não recebimento do produto.

14.2.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

14.3. A CONTRATADA deverá **prestar assistência técnica integral e contínua**, disponível **24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana**, para atendimento a quaisquer ocorrências de falhas mecânicas, elétricas ou operacionais nos equipamentos objeto da contratação.

14.3.1. O prazo máximo para início do atendimento não poderá exceder **12 (doze) horas** contadas a partir da comunicação formal da ocorrência pelo contratante, devendo a contratada adotar todas as medidas necessárias para a plena restauração do funcionamento do equipamento no menor espaço de tempo possível.

14.4. Os serviços de manutenção subdividem-se em:

14.4.1. PREVENTIVOS:

14.4.1.1. Os serviços de manutenção do tipo "preventivo" constituem-se na verificação do funcionamento do EQUIPAMENTO, mediante realização de vistoria pelo técnico indicado pela CONTRATADA, que deve ser previamente agendada com o CONTRATANTE, com a finalidade de prevenir falhas ou defeitos que possam vir a ocorrer, na periodicidade estabelecida pelas partes, sendo compostos, além de outro(s) que venha ser necessários, pelos seguintes itens:

I - revisão de segurança elétrica e mecânica;

II – comprovação dos dados básicos;

III – revisão da qualidade, incluindo ajustes e calibrações necessárias;

IV – lubrificação dos componentes mecânicos;

V – revisão funcional;

VI – modificações técnicas e de segurança recomendadas pelo fabricante;

VII- Fornecimento de lubrificantes, óleos e graxas.

14.4.1.2. Os serviços de manutenção preventiva terão periodicidade mensal;

14.4.1.2.1. Sendo os serviços de manutenção preventiva realizados pelo menos duas vezes durante o mês.

14.4.1.3. As manutenções preventivas são realizadas em dias e horários úteis.

14.4.2. CORRETIVOS:

14.4.2.1. Os serviços de manutenção do tipo “corretivo” constituirão em:

I – conserto de defeitos e/ou falhas de funcionamento apresentados nos EQUIPAMENTOS ou em

II – detecção de defeitos e/ou falhas de funcionamento apresentados nos EQUIPAMENTOS e elaboração de relatório para providências no sentido de efetuar seu reparo ou correção após a devida efetiva abertura de chamado pelo CONTRATANTE na CENTRAL DE ATENDIMENTO DA CONTRATADA.

14.4.2.2. Os serviços de manutenção corretiva com fornecimento de peças, serão consumidos de forma estimativa, quando necessários.

14.4.2.3. Fica desde já estabelecido entre as partes que o tempo de resposta da CONTRATADA aos chamados efetivamente abertos pelo CONTRATANTE na CENTRAL DE ATENDIMENTO DA CONTRATADA será de no máximo **06 (seis) horas úteis** (segunda à sexta das 8:00 às 17:00) após a abertura do chamado.

14.4.2.4. Entende-se como “tempo de resposta” o tempo transcorrido entre a efetiva colocação do chamado na CONTRATADA, conforme descrito acima, e o primeiro atendimento técnico, podendo este ser remoto via ligação telefônica ou presencial, com a chegada de um técnico indicado pela CONTRATADA, quando necessário, no local indicado pelo CONTRATANTE como sendo o local onde o referido EQUIPAMENTO encontra-se instalado. Nos casos em que o EQUIPAMENTO esteja em um município onde não haja filial da CONTRATADA, o tempo de viagem do técnico ao local de instalação do EQUIPAMENTO deverá ser acrescentado ao tempo de resposta ao CONTRATANTE.

14.4.2.5. Caso o chamado seja encerrado remotamente, não se faz necessária a visita de um técnico na CONTRATANTE.

14.4.3. A contratação será em quantidade solicitada conforme os quantitativos mensal, visando a demanda interna e as possíveis sazonalidades para o referido item.

14.4.4. Os itens, objeto desta aquisição, deverão ser entregues em horário comercial, no hospital descrito na proposta, devendo o ônus da entrega do material, inclusive frete, ser por conta exclusiva da CONTRATADA.

14.4.4.1 É de responsabilidade da contratada/transportadora a contratação de mão de obra para efetuar a descarga do veículo, separando os produtos por tipo, validades, lotes, e acomodar os volumes no palete. A falta de ajudantes acarretará na devolução da entrega, o mesmo acontecerá se estiverem sem EPI's. Os veículos devem ser dedicados exclusivamente ao transporte de medicamentos ou outros insumos de saúde, com todas autorizações e licenças sanitárias pertinentes a esse processo.

14.4.5. O prazo de entrega deverá ser, no máximo, de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do faturamento.

14.4.6. Os produtos entregues serão de fabricação recente, **com prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses**, quando da entrega dos mesmos, ou seja, uma vida útil não inferior ao período de um ano a partir da entrega dos produtos na unidade solicitante, exceto nos casos previstos em legislação específica.

14.4.7. O prazo de vigência da contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de assinatura do Contrato, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, limitados a 120 (cento e vinte) meses conforme disposto nos artigos 106 e 107 da Lei 14.333/2021.

14.4.8. O contrato resultante deste processo licitatório poderá ser rescindido a qualquer momento, mediante escolha e justificativa da Administração, com aviso prévio a partir de 30 (trinta) dias.

14.5. Especificação da garantia de execução

14.5.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, nos termos do caput do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.5.2. Conforme consta no “caput” do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 “A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos”.

14.5.3. Não obstante a discricionariedade, explícita na legislação, de poder exigir ou não “prestação de garantia nas contratações”, a autoridade competente, em razão do presente processo ser considerado de baixo vulto financeiro, de baixo nível de complexidade técnica, de baixo risco de execução, e, como forma de ampliar a competitividade e a busca mercadológica; com o intuito de não inviabilizar a contratação, uma vez que para promover a garantia os interessados tem que desembolsar recursos o que poderia comprometer a própria execução do objeto, bem como não ter sido identificado outros parâmetros que elevem os cuidados necessários quanto à exigência da prestação de garantia, opta por não exigir garantia de execução para a presente contratação.

15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) pela Unidade Gestora/Orçamentária requisitante SESAP/RN – HOSPITAL REGIONAL TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA, através do domicílio bancário (*banco, agencia e conta bancária*) vinculado ao CNPJ da empresa indicado no ato da apresentação da proposta e/ou da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da entrega da(s) fatura(s) correlata(s) a prestação do(s) serviço(s).

15.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

15.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

15.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

15.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento

15.7. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

15.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15.9. Liquidação

15.9.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

15.9.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.9.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.9.2.1. o prazo de validade;

15.9.2.2. a data da emissão;

15.9.2.3. os dados do contrato, da Contratada e da Contratante;

15.9.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

15.9.2.5. o valor a pagar; e

15.9.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.9.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

15.9.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.9.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

15.9.5.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

15.9.5.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Contratante, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

15.9.5.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

15.9.5.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.9.5.5. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

15.9.5.6. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.10. Prazo de pagamento

15.10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa

15.10.2. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

15.11. Forma de pagamento

15.11.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

15.11.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.11.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.11.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.11.5. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.12. Antecipação de pagamento

15.12.1. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

16 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, nos termos do caput do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece:

“A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.”

16.1.1. A decisão de não exigir garantia de execução fundamenta-se nos critérios legais e na avaliação do presente processo, considerando o baixo vulto financeiro da contratação, o baixo nível de complexidade técnica, o baixo risco de execução, a natureza do objeto, caracterizado por equipamento/produto de pronta entrega, a ampliação da competitividade e estímulo à participação mercadológica, bem como a observância das garantias legais já previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e no Termo Contratual.

16.1.2. A não exigência de garantia de execução não exime a Contratada das responsabilidades contratuais e legais decorrentes do contrato, que deverão ser integralmente cumpridas, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação e no Termo Contratual.

16.1.3. Caso, durante a execução do contrato, seja identificada necessidade de proteção adicional da Administração ou aumento de risco, poderá ser avaliada a adoção de garantias complementares, observando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

17 - DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO CONTRATUAL E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTENCIA TÉCNICA

17.1. O prazo de garantia contratual dos Insumos, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

17.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

17.3. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

18 - DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

18.1. Do Reajuste

18.1.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência do contrato, contados da data do orçamento estimado que fundamentou a contratação, conforme dispõe o art. 134, § 1º, III, da Lei nº 14.133/2021.

18.1.2. Após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, poderá ser concedido reajuste, mediante solicitação formal da contratada, com base em índice de preços geral que reflita a variação efetiva dos custos do objeto contratado, nos termos do art. 25, § 7º, art. 92, § 7º, e art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.3. Para fins de atualização, será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações cuja execução ocorra após a ocorrência da anualidade.

18.1.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste concedido.

18.1.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será aplicado provisoriamente o último índice conhecido, devendo ser efetuada a compensação de eventuais diferenças tão logo seja divulgado o índice definitivo. A contratada deverá apresentar memória de cálculo referente ao reajuste sempre que este ocorrer.

18.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice oficial que vier a ser determinado pela legislação vigente; na ausência de previsão legal, as partes elegerão, de comum acordo, novo índice oficial por meio de termo aditivo.

18.1.7. O reajuste será formalizado por apostilamento, conforme art. 137, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Da Repactuação

18.2.1. Nos contratos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, será admitida a repactuação visando à adequação dos valores do contrato para a recomposição da variação efetiva dos custos de mão de obra, desde que:

- a) seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses a contar da data do orçamento que fundamentou a proposta;
- b) haja solicitação formal e comprovação analítica da variação dos custos pela contratada;
- c) seja comprovada a ocorrência de fatos novos, devidamente justificados e documentados, que alterem os custos de mão de obra.

18.2.2. A repactuação será formalizada mediante termo aditivo ao contrato.

18.3. Da Atualização Monetária

18.3.1. Os pagamentos efetuados com atraso em relação à data prevista no contrato serão corrigidos monetariamente desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, com base na variação do índice oficial aplicado à atualização dos débitos da Fazenda Pública (IPCA-E ou outro que venha a **substituí-lo**), **acrescidos de juros legais, conforme art. 137, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.**

19 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da

abertura do certame.

19.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial (Diário Oficial do Estado do RN) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

<< cpl.hrtm@saude.rn.gov.br >>.

19.3.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.3.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro ou agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Será divulgada a ata da sessão pública no sistema eletrônico, garantindo ampla publicidade e transparência aos atos do certame.

20.2. Na hipótese de inexistência de expediente ou de ocorrência de fato superveniente que impeça a realização do certame na data designada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário previamente estabelecido, salvo comunicação em sentido diverso pelo Pregoeiro.

20.3. Todas as referências de tempo constantes neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília/DF.

20.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação, resguardando-se o interesse público e os princípios da Administração Pública.

20.5. As normas que regem a licitação deverão ser interpretadas de modo a ampliar a competitividade entre os interessados, desde que tal interpretação não comprometa o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade, a economicidade e a segurança da contratação, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021.

20.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por tais custos, independentemente da condução ou do resultado do certame.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, sendo que os prazos somente terão início e vencimento em dias de expediente da Administração.

20.8. O descumprimento de exigências meramente formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato e não haja comprometimento à isonomia, à razoabilidade e ao interesse público.

20.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que integram o processo, prevalecerão as disposições deste Edital.

20.10. O Edital, seus anexos e os atos correlatos estarão disponíveis, na íntegra, para consulta pública no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Compras do Estado do Rio Grande do Norte, assegurando publicidade e transparência.

20.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

20.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

20.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

20.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta Final

20.12. O prazo para interposição de recursos, impugnações ou manifestações relativas ao certame observará os limites legais previstos na Lei nº 14.133/2021, assegurando ampla defesa e contraditório aos licitantes.

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, Pregoeiro (validador) e pela autoridade responsável por sua aprovação, com fulcro no Regimento Interno da SESAP, cujos fundamentos passam a integrar a presente



Documento assinado eletronicamente por **ANA KARINA DA SILVA FREIRE NOBREGA DE ARAUJO, Diretora Geral**, em 28/04/2026, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40952775** e o código CRC **BE6D1E3C**.

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(SEI ID Nº 40865659)

Termo de Referência

Processo nº 00610416.000005/2026-29

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente procedimento licitatório tem por objetivo assegurar a contratação de empresa especializada para a **locação de Equipamentos de Hematologia novos e primeiro uso** com manutenção preventiva e corretiva com fornecimento dos insumos e reagentes, **02 (dois) Equipamentos Contador automático de Hematologia com Contagem Diferencial de 5 partes e no mínimo 25 parâmetros, para imediata instalação e treinamento, pelo período de vinte e quatro (24) meses**, afim de atender a demanda do HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA.

Essa contratação visa **garantir a continuidade e a qualidade dos serviços do Laboratório de Análises clínicas** (Hematologia) prestados pela unidade, otimizando a capacidade operacional do laboratório, reduzindo riscos de interrupção dos serviços e assegurando resultados laboratoriais precisos, confiáveis e dentro dos prazos estabelecidos para atendimento da demanda assistencial.

OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para **Locação de Equipamentos de Hematologia novos e primeiro uso** com manutenção preventiva e corretiva com fornecimento dos insumo, reagentes, **02 (dois) Equipamentos Contador automatico de Hematologia com Contagem Diferencial de 5 partes e no mínimo 25 parâmetros, para imediata instalação e treinamento**, com a finalidade de atender a demanda do HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA *pelo período de vinte e quatro (24) meses*.

Nota: Os equipamentos a serem locados deverão ser compatíveis com as rotinas de exames laboratoriais e atender aos seguintes requisitos mínimos:

02 (dois) Equipamentos Contador automatico de Hematologia com Contagem Diferencial de 5 partes e no mínimo 25 parâmetros.

A empresa contratada deverá garantir o fornecimento contínuo de todos os **insumos, reagentes, calibradores, controles e consumíveis necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos**, sem ônus adicional para a contratante, bem como oferecer suporte técnico, treinamento operacional e garantia de assistência técnica durante toda a vigência contratual.

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

3.1. Quantidade de material/serviço da solução a ser contratada				
HEMATOLOGIA				
ITEM	CATMAT/ CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT TOTAL
		SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 02(DOIS) EQUIPAMENTOS CONTADOR AUTOMATICO DE HEMATOLOGIA COM CONTAGEM DIFERENCIAL DE 5 PARTES E NO MÍNIMO 25 PARÂMETROS CARACTERISTICAS MINIMAS EXIGIVEL: Princípios de medição: Leitura através de dispersão do laser por citometria de fluxo. (WBC Diff) e/ou Método por impedância		

01	14206	(WBC/RBC/PLT). Reagentes hemolíticos livres de cianeto (HGB). Parâmetros mínimos: 25 parâmetros, incluindo 25 resultados de parâmetros (WBC, LYM%, LYM#, NEU%, NEU#, MON%, MON#, EOs%, EOs#, BAS%, BAS#, RBC, HGB, HCT, MCV, MCH, MCHC, RDW-CV, RDW-SD, PLT, PDW, MPV, PCT, P-LCR e P-LCC) e 4 parâmetros de pesquisa (ALY#, ALY%, LIC#, LIC%). Com diagrama de dispersão e 3 histogramas. Rendimento mínimo : 60 amostras por hora, Display touchscreen colorido, Software intuitivo em português, Impressora térmica embutida e opções de uso de impressora externa laser com insumos para impressão dos resultados, Armazenamento de resultados incluindo diagramas de dispersão, histogramas e informação de paciente. REGISTRO ANVISA	SERV/LOCAÇÃO /MÊS	24

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS TESTES	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. DE MESES	QUANT. TESTES MENSAL	QUANT. TESTES TOTAL
1.1	EXAMES DE HEMATOLOGIA	Mês	24	3.500	84.000
TOTAL DE TESTES DO ITEM 1				3.500	84.000
.....					

3.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme [Decreto nº 32.449, de 07 de março de 2023](#).

3.1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

3.1.4. O prazo de vigência da contratação é de vinte e quatro (24) meses contados da vigência do contrato, conforme exigências neste instrumento, na forma do disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.5. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3.1.6. Vinculam esta contratação, aos documentos abaixo elencados, independentemente de transcrição:

3.1.7. O Termo de Referência que embasou a contratação;

3.1.8. O Edital do Pregão Eletrônico, identificado no preâmbulo;

3.1.9. A Proposta de Preços da empresa;

3.1.10. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação tem por finalidade atender à demanda de exames laboratoriais do **Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia**, unidade integrante da **Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP/RN)**, quanto ao fornecimento contínuo de insumos e reagentes com locação dos equipamentos de hematologia, necessários para realização dos exames que são solicitados pelos profissionais de saúde diuturnamente nesta unidade de saúde.

4.2. A necessidade da contratação está diretamente relacionada à garantia de prestação de serviços públicos de saúde no âmbito do **Sistema Único de Saúde (SUS)**, assegurando a execução de rotinas e processos de trabalho laboratoriais,

considerando a grande demanda de exames que são solicitados pelos profissionais de saúde nesta unidade, sobretudo de setores críticos como Unidades de Terapia Intensiva (UTI), Semi Intensiva, Centro Cirúrgico, clínicas, enfermarias entre outros.

4.3. A necessidade dos itens descritos, justifica-se por a necessidade de continuação dos serviços de exames laboratoriais aos usuários que buscam atendimento nesta unidade de saúde. Destaca-se que neste certame licitatório, modalidade pregão deflagrado pelo Setor de Laboratório do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia, tem o objetivo de garantir a execução de rotinas e processos de trabalho, oferecendo segurança e qualidade na assistência aos usuários do SUS.

4.4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.4.1. A empresa contratada será a responsável pela entrega dos equipamentos de Hematologia (Novos e de primeiro uso), que deverão ser instalados no local a ser definido no laboratório do HRTM, com o fornecimento dos insumos e reagentes e assistência técnica de manutenção preventiva e corretiva e todos os outros insumos necessários para o bom funcionamento do laboratório de Análises Clínicas desta unidade hospitalar.

4.4.2. Todos os reagentes deverão ser da mesma marca do equipamento ofertado, juntamente com os reagentes da empresa vencedora deverá fornecer todos os demais insumos necessários utilizados no equipamento ofertado. (Controles, calibradores, soluções de limpeza, demais insumos necessários). Equipamento com reagentes dedicados.

4.4.3. As entregas deverão ocorrer no endereço do **Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia**, localizado em Mossoró-RN, observando os prazos e condições de recebimento estabelecidos no contrato.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1.A contratação dos serviços de locação através de Processo Licitatório na modalidade Pregão na sua forma eletrônica conforme dispõe o Inciso I do Art. 28 da Lei 14.133/2021, contemplará **Locação de Equipamentos de Hematologia novos e de primeiro uso** com manutenção preventiva e corretiva e com fornecimento dos insumos reagentes dos seguintes equipamentos: **02(dois) Equipamentos Contador Automático de Hematologia com Contagem Diferencial de 5 Partes, a fim de atender a demanda do** laboratório de análises clínica do Hospital Tarcísio de Vasconcelos Maia, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, com itens que não tem registro de preços vigente na SESAP.

5.2. As licitantes deverão apresentar suas propostas com base nas suas estimativas de custo para o fornecimento.

5.3. Os preços serão fixos e irrevogáveis dentro do prazo de dois anos.

5.4.A contratação será em quantidade solicitada conforme os quantitativos mensal, visando a demanda interna e as possíveis sazonalidades para o referido item.

5.5. Após emissão da nota de empenho a Unidade deverá enviar cópia ao fornecedor e solicitar a entrega com prévio agendamento.

5.6. Os itens, objeto desta aquisição, deverão ser entregues em horário comercial, no hospital descrito na proposta, devendo o ônus da entrega do material, inclusive frete, ser por conta exclusiva da CONTRATADA.

5.7. É de responsabilidade da transportadora/laboratório a contratação de mão de obra para efetuar a descarga do veículo, separando os produtos por tipo, validades, lotes, e acomodar os volumes no palete. A falta de ajudantes acarretará na devolução da entrega, o mesmo acontecerá se estiverem sem EPI's. Os veículos devem ser dedicados exclusivamente ao transporte de medicamentos ou outros insumos de saúde, com todas autorizações e licenças sanitárias pertinentes a esse processo.

5.8. A SESAP não realiza nenhuma cobrança monetária para recebimento de cargas. Qualquer transação comercial de contratação de ajudantes não é de responsabilidade da HRTM e não pode ocorrer nas instalações dos locais de recebimento. Cobranças indevidas podem ser denunciadas pelos canais de ouvidoria do SUS - pelo preenchimento de formulário no site www.saude.rn.gov.

5.9. O prazo de entrega deverá ser, no máximo, de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação expressa, encaminhada pela CONTRATANTE, juntamente com a Nota de Empenho.

5.10. Os produtos entregues serão de fabricação recente, **com prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses**, quando da entrega dos mesmos, ou seja, uma vida útil não inferior ao período de um ano a partir da entrega dos produtos na unidade solicitante, exceto nos casos previstos em legislação específica.

5.11. A Nota Fiscal deve conter: denominação genérica conforme a Nota de Empenho e o seu respectivo nome comercial (quando houver), lote, validade, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário, valor total, número de empenho, número do processo e número da Ata de Registro de Preços (quando houver). Não será aceito nome comercial na Nota Fiscal, caso isso ocorra motivará o não recebimento do produto;

5.12. Os bens serão recebidos provisoriamente de imediato no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e na proposta.

5.13. Os bens serão recebidos definitivamente, independente do valor, em até 10 dias úteis após entrega total do empenho, após a verificação da qualidade e quantidade do material.

5.14. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.15.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.16. Os fornecedores deverão apresentar bula e/ou manual do usuário, com versão em português .

5.17.O regime de execução adotado é a de menor preço por item.

5.18.O prazo de vigência da contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de assinatura do Contrato, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, limitados a 120 (cento e vinte) meses conforme disposto nos artigos

5.19.O contrato resultante deste processo licitatório poderá ser rescindido a qualquer momento, mediante escolha e justificativa da Administração, com aviso prévio a partir de 30 (trinta) dias.

5.20. É Responsabilidade da Contratada:

5.20.1. Atender às exigências e recomendações dos respectivos insumos (testes) aos fabricantes dos equipamentos.

5.20.2. A CONTRATADA se responsabilizará pelas manutenções corretivas, preventivas, ajustes, medições, calibrações, aferições e os registros das intervenções técnicas com identificação e assinatura do técnico responsável devidamente registrado em conselho de classe.

5.20.2.1. A CONTRATADA deverá fornecer **ART (Anotação de Responsabilidade Técnica)** de profissional habilitado junto ao **Conselho de Classe** ao qual o profissional esteja registrado, contemplando todos os serviços necessários para a perfeita entrega do objeto;

5.20.2.2. A CONTRATADA deverá **prestar assistência técnica integral e contínua**, disponível **24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana**, para atendimento a quaisquer ocorrências de falhas mecânicas, elétricas ou operacionais nos equipamentos objeto da contratação.

5.20.2.3. O prazo máximo para início do atendimento não poderá exceder **12 (doze) horas** contadas a partir da comunicação formal da ocorrência pelo contratante, devendo a contratada adotar todas as medidas necessárias para a plena restauração do funcionamento do equipamento no menor tempo possível. O **descumprimento do prazo** ou a não prestação do atendimento técnico nos termos definidos nesta cláusula sujeitará a contratada à aplicação das **penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021**, incluindo advertência, multa, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

5.21. Os serviços de manutenção subdividem-se em:

5.21.1. PREVENTIVOS:

5.21.1.1 Os serviços de manutenção do tipo “preventivo” constituem-se na verificação do funcionamento do EQUIPAMENTO, mediante realização de vistoria pelo técnico indicado pela CONTRATADA, que deve ser previamente agendada com o CONTRATANTE, com a finalidade de prevenir falhas ou defeitos que possam vir a ocorrer, na periodicidade estabelecida pelas partes, sendo compostos, além de outro(s) que venha ser necessários, pelos seguintes itens:

I – revisão de segurança elétrica e mecânica;

II – comprovação dos dados básicos;

III – revisão da qualidade, incluindo ajustes e calibrações necessárias;

IV – lubrificação dos componentes mecânicos;

V – revisão funcional;

VI – modificações técnicas e de segurança recomendadas pelo fabricante;

VII – fornecimento de lubrificantes, óleos e graxas; e

11.21.1.2. Os serviços de manutenção preventiva terão periodicidade mensal.

11.21.1.2.1. Sendo os serviços de manutenção preventiva realizados pelo menos duas vezes durante o mês.

11.21.1.3.As manutenções preventivas são realizadas em dias e horários úteis.

5.21.2. CORRETIVOS:

5.21.2.1.Os serviços de manutenção do tipo “corretivo” constituirão em:

I – conserto de defeitos e/ou falhas de funcionamento apresentados nos EQUIPAMENTOS ou em

II – detecção de defeitos e/ou falhas de funcionamento apresentados nos EQUIPAMENTOS e elaboração de relatório para providências no sentido de efetuar seu reparo ou correção após a devida efetiva abertura de chamado pelo CONTRATANTE na CENTRAL DE ATENDIMENTO DA CONTRATADA.

5.21.2.2.Os serviços de manutenção corretiva com fornecimento de peças, serão consumidos de forma estimativa, quando necessários.

5.21.2.3.Fica desde já estabelecido entre as partes que o tempo de resposta da CONTRATADA aos chamados efetivamente abertos pelo CONTRATANTE na CENTRAL DE ATENDIMENTO DA CONTRATADA será de no máximo **06 (seis) horas** úteis (segunda à sexta das 8:00 às 17:00) após a abertura do chamado.

5.21.2.4.Entende-se como “tempo de resposta” o tempo transcorrido entre a efetiva colocação do chamado na CONTRATADA, conforme descrito acima, e o primeiro atendimento técnico, podendo este ser remoto via ligação telefônica ou presencial, com a chegada de um técnico indicado pela CONTRATADA, quando necessário, no local indicado pelo CONTRATANTE como sendo o local onde o referido EQUIPAMENTO encontra-se instalado. Nos casos em que o EQUIPAMENTO esteja em um município onde não haja filial da CONTRATADA, o tempo de viagem do técnico ao local de instalação do EQUIPAMENTO deverá ser acrescentado ao tempo de resposta ao CONTRATANTE.

5.21.2.5.Caso o chamado seja encerrado remotamente, não se faz necessária a visita de um técnico na CONTRATANTE.

5.22.FORNECIMENTO DE INSUMOS

5.22.1.Os serviços para realização dos exames laborais deverão ser executados diretamente pelo prestador de serviço, com a utilização de todo o material de consumo necessário à execução, sem quaisquer despesas adicionais para a CONTRATANTE, não

podendo ser cedidos ou subcontratados.

5.23. Materiais a serem disponibilizados

5.23.1. Para a perfeita execução dos serviços para realização dos exames laborais, a Contratada deverá disponibilizar os insumos, e equipamentos nas quantidades estimadas e qualidades necessárias para a prestação do serviço de forma integral.

5.24. GARANTIA DE ENTREGA DOS INSUMOS (TESTES) E DE MANUTENÇÃO DOS APARELHOS CONTRATADOS

5.24.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

5.24.2. Para a(s) embalagens dos testes que vierem abertas ou outro algum dano, como próximo a data de validade, será necessário reposição, será observado o prazo mínimo de garantia do fabricante, contado a partir da aquisição

5.25. Local da prestação dos serviços

5.25.1. A contratação dos serviços será no setor do Laboratório de Análises Clínicas - LAC do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia, no horário 08h00 as 17h00, de segunda a sexta-feira, no endereço à Rua projetada, s/n Bairro Aeroporto - Mossoró/RN, CEP 59607-100.

5.26. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.26.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.26.2. O início da execução do Objeto de Contrato se dará em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato, estando o mesmo condicionado a emissão da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, que deverá ser feita pela Fiscalização de Contrato.

5.26.3. A Contratada deverá orientar seus profissionais a registrarem em Livro de Ocorrências todo e qualquer fato relevante ou anormalidade referente ao contrato.

5.27. Especificação da garantia de execução

5.27.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, nos termos do caput do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.27.2. Conforme consta no "caput" do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 "A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos".

5.27.3. Não obstante a discricionariedade, explícita na legislação, de poder exigir ou não "prestação de garantia nas contratações", a autoridade competente, em razão do presente processo ser considerado de baixo vulto financeiro, de baixo nível de complexidade técnica, de baixo risco de execução, e, como forma de ampliar a competitividade e a busca mercadológica; com o intuito de não inviabilizar a contratação, uma vez que para promover a garantia os interessados tem que desembolsar recursos o que poderia comprometer a própria execução do objeto, bem como não ter sido identificado outros parâmetros que elevem os cuidados necessários quanto à exigência da prestação de garantia, opta por não exigir garantia de execução para a presente contratação.

5.27.4. Após emissão do empenho a Unidade deverá enviar cópia ao fornecedor e solicitar os serviços com prévios agendamentos.

5.27.5. A SESAP não realiza nenhuma cobrança monetária para recebimento de cargas. Qualquer transação comercial de contratação de ajudantes não é de responsabilidade da SESAP e não pode ocorrer nas instalações dos locais de recebimento. Cobranças indevidas podem ser denunciadas pelos canais de ouvidoria do SUS - pelo preenchimento de formulário no site www.saude.rn.gov

5.27.6. O prazo de entrega deverá ser, no máximo, de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

11.27.7. A Nota Fiscal deve conter: denominação genérica conforme a Nota de Empenho e o seu respectivo nome comercial (quando houver), lote, validade, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário, valor total, número de empenho, número do processo e número da Ata de Registro de Preços (quando houver). Não será aceito nome comercial na Nota Fiscal, caso isso ocorra motivará o não recebimento do produto.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

6.1.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **serviços comuns sem dedicação de mão de obra exclusiva**, nos termos do parágrafo único inciso XVI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **serviços contínuos**, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

6.2 SUSTENTABILIDADE

6.2.1. A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

6.2.2. A contratada deverá adotar **práticas de sustentabilidade** na execução dos serviços, considerando o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, a saber:

6.2.2.1. A contratada deverá, sempre que possível, utilizar equipamentos e materiais de menor impacto ambiental;

6.2.2.2. A empresa CONTRATADA se responsabilizará pelas manutenções corretivas, preventivas, fornecimento dos insumos reagentes e os registros das intervenções técnicas com identificação e assinatura do técnico responsável devidamente registrado em conselho de classe; além de disponibilizar os registros de manutenção, uma vez que os equipamentos envolvidos são de extrema necessidade para realização dos exames dos pacientes, solicitados pelos profissionais médicos desta unidade hospitalar.

6.3. Da Exigência de Amostra:

6.3.1. Não será necessária amostra.

6.4. Para levantamento de informações técnicas para a estimativa de valor de sua proposta, a empresa licitante **PODERÁ** realizar visita técnica ao local, conforme agendamento prévio junto ao setor do Laboratório do Hospital Regional Tarcísio Maia.

6.5. Subcontratação:

6.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual

6.6. Garantia da Contratação:

6.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

6.6.2. Não há complexidade e vultuosidade na presente licitação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

6.6.3. A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

6.7. Padrões Mínimos de Qualidade:

6.7.1. A Contratada deverá manter um Preposto aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, conforme previsto no artigo 118 da Lei nº 14.133/21.

6.7.2. A Contratada deverá informar nome completo, telefone e e-mail para contato com o Preposto indicado.

6.7.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

6.7.4. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme previsto no artigo 119 da Lei nº 14.133/21.

6.7.5. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme previsto no artigo 121 da Lei nº 14.133/21.

6.8. VISTORIA

6.8.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 12 horas e de 14 horas às 17 horas.

6.8.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

6.8.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.8.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

7.1. Relevância dos requisitos estipulados:

7.1.1. Os requisitos desta contratação estão dentro dos critérios comumente verificados no mercado, não concorrendo para restringir a concorrência da licitação.

7.2. Condições de Entrega:

7.2.1. O prazo de execução dos serviços será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação expressa, encaminhada pela CONTRATANTE, juntamente com a Nota de Empenho.

7.2.2. A empresa contratada será a responsável pela entrega dos equipamentos de Hematologia (Novos e de primeiro uso), que deverão serem instalados no local a ser definido no laboratório do HRTM, com o fornecimento dos insumos e reagentes e assistência técnica de manutenção preventiva e corretiva, e todos os outros insumos necessários para o bom funcionamento do laboratório de Análises Clínicas desta unidade hospitalar.

7.2.3. As instalações dos equipamentos será no setor do Laboratório de Análises Clínicas - LAC do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia, no horário 08h00 as 12:00 e 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, no endereço à Rua projetada, s/n Bairro Aeroporto – Mossoró/RN, CEP 59607-100.

7.2.4. Os serviços serão executados acompanhados de Nota Fiscal contendo obrigatoriamente: denominação genérica conforme a Nota de Empenho e o seu respectivo nome comercial (quando houver), lote, validade, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário, valor total, número de empenho, número do processo. Não será aceito somente o nome comercial na Nota Fiscal, caso isso ocorra motivará o não recebimento do produto.

7.2.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.3. A CONTRATADA deverá **prestar assistência técnica integral e contínua**, disponível **24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana**, para atendimento a quaisquer ocorrências de falhas mecânicas, elétricas ou operacionais nos equipamentos objeto da contratação.

7.3.1. O prazo máximo para início do atendimento não poderá exceder **12 (doze) horas** contadas a partir da comunicação formal da ocorrência pelo contratante, devendo a contratada adotar todas as medidas necessárias para a plena restauração do funcionamento do equipamento no menor espaço de tempo possível.

7.4. Os serviços de manutenção subdividem-se em:

7.4.1. PREVENTIVOS:

7.4.1.1. Os serviços de manutenção do tipo “preventivo” constituem-se na verificação do funcionamento do EQUIPAMENTO, mediante realização de vistoria pelo técnico indicado pela CONTRATADA, que deve ser previamente agendada com o CONTRATANTE, com a finalidade de prevenir falhas ou defeitos que possam vir a ocorrer, na periodicidade estabelecida pelas partes, sendo compostos, além de outro(s) que venha ser necessários, pelos seguintes itens:

I – revisão de segurança elétrica e mecânica;

II – comprovação dos dados básicos;

III – revisão da qualidade, incluindo ajustes e calibrações necessárias;

IV – lubrificação dos componentes mecânicos;

V – revisão funcional;

VI – modificações técnicas e de segurança recomendadas pelo fabricante;

VII- Fornecimento de lubrificantes, óleos e graxas.

7.4.1.2. Os serviços de manutenção preventiva terão periodicidade mensal;

7.4.1.2.1. Sendo os serviços de manutenção preventiva realizados pelo menos duas vezes durante o mês.

7.4.1.3. As manutenções preventivas são realizadas em dias e horários úteis.

7.4.2. CORRETIVOS:

7.4.2.1. Os serviços de manutenção do tipo “corretivo” constituirão em:

I – conserto de defeitos e/ou falhas de funcionamento apresentados nos EQUIPAMENTOS ou em

II – detecção de defeitos e/ou falhas de funcionamento apresentados nos EQUIPAMENTOS e elaboração de relatório para providências no sentido de efetuar seu reparo ou correção após a devida efetiva abertura de chamado pelo CONTRATANTE na CENTRAL DE ATENDIMENTO DA CONTRATADA.

7.4.2.2. Os serviços de manutenção corretiva com fornecimento de peças, serão consumidos de forma estimativa, quando necessários.

7.4.2.3. Fica desde já estabelecido entre as partes que o tempo de resposta da CONTRATADA aos chamados efetivamente abertos pelo CONTRATANTE na CENTRAL DE ATENDIMENTO DA CONTRATADA será de no máximo **06 (seis) horas** úteis (segunda à sexta das 8:00 às 17:00) após a abertura do chamado.

7.4.2.4. Entende-se como “tempo de resposta” o tempo transcorrido entre a efetiva colocação do chamado na CONTRATADA, conforme descrito acima, e o primeiro atendimento técnico, podendo este ser remoto via ligação telefônica ou presencial, com a chegada de um técnico indicado pela CONTRATADA, quando necessário, no local indicado pelo CONTRATANTE como sendo o local onde o referido EQUIPAMENTO encontra-se instalado. Nos casos em que o EQUIPAMENTO esteja em um município onde não haja filial da CONTRATADA, o tempo de viagem do técnico ao local de instalação do EQUIPAMENTO deverá ser acrescentado ao tempo de resposta ao CONTRATANTE.

7.4.2.5. Caso o chamado seja encerrado remotamente, não se faz necessária a visita de um técnico na CONTRATANTE.

7.4.3. A contratação será em quantidade solicitada conforme os quantitativos mensal, visando a demanda interna e as possíveis sazonalidades para o referido item.

7.4.4. Os itens, objeto desta aquisição, deverão ser entregues em horário comercial, no hospital descrito na proposta, devendo o ônus da entrega do material, inclusive frete, ser por conta exclusiva da CONTRATADA.

7.4.4.1 É de responsabilidade da contratada/transportadora a contratação de mão de obra para efetuar a descarga do veículo, separando os produtos por tipo, validades, lotes, e acomodar os volumes no palete. A falta de ajudantes acarretará na devolução da entrega, o mesmo acontecerá se estiverem sem EPI's. Os veículos devem ser dedicados exclusivamente ao transporte de medicamentos ou outros insumos de saúde, com todas autorizações e licenças sanitárias pertinentes a esse processo.

7.4.5. O prazo de entrega deverá ser, no máximo, de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do faturamento.

7.4.6. Os produtos entregues serão de fabricação recente, **com prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses**, quando da entrega dos mesmos, ou seja, uma vida útil não inferior ao período de um ano a partir da entrega dos produtos na unidade solicitante, exceto nos casos previstos em legislação específica.

7.4.7. O prazo de vigência da contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de assinatura do Contrato, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, limitados a 120 (cento e vinte) meses conforme disposto nos artigos 106 e 107 da Lei 14.333/2021.

7.4.8. O contrato resultante deste processo licitatório poderá ser rescindido a qualquer momento, mediante escolha e justificativa da Administração, com aviso prévio a partir de 30 (trinta) dias.

7.5. Especificação da garantia de execução

7.5.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, nos termos do caput do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.5.2. Conforme consta no “caput” do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 “A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos”.

7.5.3. Não obstante a discricionariedade, explícita na legislação, de poder exigir ou não “prestação de garantia nas contratações”, a autoridade competente, em razão do presente processo ser considerado de baixo vulto financeiro, de baixo nível de complexidade técnica, de baixo risco de execução, e, como forma de ampliar a competitividade e a busca mercadológica; com o intuito de não inviabilizar a contratação, uma vez que para promover a garantia os interessados tem que desembolsar recursos o que poderia comprometer a própria execução do objeto, bem como não ter sido identificado outros parâmetros que elevem os cuidados necessários quanto à exigência da prestação de garantia, opta por não exigir garantia de execução para a presente contratação.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. A Contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.6.1. A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

DO GESTOR DE CONTRATO

8.7. [Caberá ao gestor de contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto \(Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 47\):](#)

8.7.1. analisar a documentação que antecede o pagamento;

8.7.2. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;

8.7.3. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

8.7.4. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

8.7.5. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

8.7.6. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

8.7.7. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

8.7.8. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da Contratada;

8.7.9. ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;

8.7.10. coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;

8.7.11. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

8.7.12. Desempenhar outras atividades compatíveis com a função;

Parágrafo único: O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente da contratante.

DO FISCAL DE CONTRATO

8.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).[33]

8.9. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e ao seu substituto, nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais ([Decreto Estadual](#)

8.9.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

8.9.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

8.9.3. fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

8.9.4. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

8.9.5. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;

8.9.6. manter contato com o preposto da Contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

8.9.7. efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

8.9.8. sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

8.9.9. notificar formalmente a Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;

8.9.10. desempenhar outras atividades compatíveis com a função.

8.10. O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis ([Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 49](#)).

8.10.1. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

8.10.1.1. os resultados obtidos em relação à Contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;

8.10.1.2. os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

8.10.1.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

8.10.1.4. a conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;

8.10.1.5. o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;

8.10.1.6. a satisfação do público usuário.

8.10.2. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço.

8.10.3. Em havendo o subdimensionamento de que trata o 8.10.2, o fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade responsável para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os requisitos de alteração previstos no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.10.4. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:

8.10.4.1. marca;

8.10.4.2. qualidade;

8.10.4.3. forma de uso.

8.10.5. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente ([Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 50](#)).

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) pela Unidade Gestora/Orçamentária requisitante SESAP/RN – HOSPITAL REGIONAL TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA, através do domicílio bancário (*banco, agencia e conta bancária*) vinculado ao CNPJ da empresa indicado no ato da apresentação da proposta e/ou da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da entrega da(s) fatura(s) correlata(s) a prestação do(s) serviço(s).

9.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com

as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento

9.7. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.9. Liquidação

9.9.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.9.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.9.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.9.2.1. o prazo de validade;

9.9.2.2. a data da emissão;

9.9.2.3. os dados do contrato, da Contratada e da Contratante;

9.9.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.9.2.5. o valor a pagar; e

9.9.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.9.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

9.9.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.9.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.9.4.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

9.9.4.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Contratante, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.9.4.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

9.9.4.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.9.4.5. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

9.9.4.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.10. Prazo de pagamento

9.10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa

9.10.2. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

9.11. Forma de pagamento

9.11.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

9.11.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.11.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.11.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.11.5. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.12. Antecipação de pagamento

9.12.1. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

10.2. Nas licitações promovidas pela SESAP, deverão constar das propostas de preços de mercadorias ou serviços sujeitos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), conforme disposição da [Lei Estadual nº 8.966, de 21 de junho de 2007](#).

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

10.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

10.3.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 3º, §2º do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023](#).

10.3.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

10.3.11. A autorização para o exercício da atividade de distribuidor e fabricante, de artigos médico hospitalares, será feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos, conforme Decreto nº 8077 de 14 de agosto de 2013, no seu CAPÍTULO II, Art. 2º e 3º:

Art. 2º O exercício de atividades relacionadas aos produtos referidos no art. 1º da Lei nº 6.360, de 1976, dependerá de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.

Parágrafo único. As atividades exercidas pela empresa e as respectivas categorias de produtos a elas relacionados constarão expressamente da autorização e do licenciamento referidos no caput.

Art. 3º Para o licenciamento de estabelecimentos que exerçam atividades de que trata este Decreto pelas autoridades dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, o estabelecimento deverá: I - possuir autorização emitida pela Anvisa de que trata o caput do art. 2º; II - comprovar capacidade técnica e operacional, e a disponibilidade de instalações, equipamentos e

aparelhagem imprescindíveis e em condições adequadas à finalidade a que se propõe; III - dispor de meios para a garantia da qualidade dos produtos e das atividades exercidas pelo estabelecimento, nos termos da regulamentação específica; IV - dispor de recursos humanos capacitados ao exercício das atividades; e V - dispor de meios capazes de prevenir, eliminar ou reduzir riscos ambientais decorrentes das atividades exercidas pelo estabelecimento que tenham efeitos nocivos à saúde.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

10.4.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.5. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.4.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

10.5. Qualificação Econômico-Financeira

10.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

10.5.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

10.5.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

10.5.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo até 10% do valor total estimado da contratação OU valor total estimado da parcela pertinente

10.5.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

10.5.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º](#))

10.5.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.5.8. Comprovação de cotas de aprendizes e pessoas com deficiência: no ato de contratação com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, relativamente a bens, serviços e obras, bem como durante a vigência dos respectivos contratos, as empresas deverão comprovar o cumprimento de leis e decretos federais relacionados na [Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020](#), que determinam o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência.

10.5.9. A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 69º, §§ 1º, 2º e 5º, trata a respeito dos índices econômicos os quais destinam-se exclusivamente à seleção dos licitantes com aptidão econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral do contrato. O objetivo, portanto, é prevenir a Administração Pública para que empresas aventureiras e sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro, possam vir a participar e vencer o certame e, durante a execução contratual, não apresente capacidade para concluir o objeto da obrigação assumida. Por conseguinte, a licitante interessada deverá dotar-se de capacidade financeira para, além de cumprir com todas as obrigações contratuais, suportar possível delonga no pagamento. Nesse sentido, não é demais lembrar que a legislação, de certo modo, estabelece condições mais favoráveis à Administração (contratante) do que à empresa vencedora da licitação (contratada), uma vez que a empresa contratada deverá aguardar o prazo de pagamento, que geralmente é de 30 dias após a apresentação dos documentos de cobrança, bem como deve suportar o atraso de até 02 (dois) meses, contados da emissão da Nota Fiscal (art. 137, § 2º, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021), para, só então, poder pleitear a extinção da obrigação contratual. Portanto, a exigência dos índices tem sua importância e relevância, se avaliada sob a luz da capacidade econômico-financeira da empresa de suportar, dentre outros intempéries,

eventuais atrasos no pagamento. Dessa forma, os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei 14.133/2021, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos observando valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, visto que estão postos e estabelecidos nos patamares mínimos aceitáveis.

10.6. Qualificação Técnica

10.6.1. Exigência de qualificação técnica foi determinada com base nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado. Eis o posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b) sobre a razoabilidade: "As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic)ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado" Esclarecemos também que os equipamentos que fazem parte do objeto desta licitação são bens públicos e que por isso, são de interesse de toda a sociedade, e em função da alta monta de valor cabe a Administração Pública exigir cuidados e fazer sua parte para garantir a capacidade técnica dos interessados em executar o contrato de forma eficiente evitando prejuízos ao erário.

10.6.2. Considerando que os objetos pleiteados seguem regime de Vigilância Sanitária, o distribuidor deverá ser empresa idônea, inspecionada periodicamente e assegurem que a qualidade de seus produtos atendam aos requisitos técnicos necessários. Sendo assim, seguindo a Portaria GM/MS nº 2814 de 29 de maio de 1998, Art. 5º (alteração dada pela Portaria 3.765, de 25 de outubro de 1998), necessitam fornecer, conforme solicitação da instituição, a Licença Sanitária de Funcionamento Estadual ou Municipal bem como a Comprovação da Autorização de Funcionamento (AFE) da empresa;

10.6.3. O Licitante deverá apresentar, no que couber, os seguintes documentos:

10.6.3.1. Licença Sanitária Estadual ou Municipal;

10.6.3.2 Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE da licitante, atualizada, emitido pela ANVISA, apenas para os licitantes dos itens passíveis de registro na ANVISA;

10.6.4. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.6.5. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

10.6.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.6.6.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.6.7. Declaração dos fabricantes dos equipamentos ofertados que a empresa está apta a oferecer instalação, oferecer treinamento e assistência técnica para a utilização dos equipamentos ofertados.

10.6.8. Declaração do fabricante dos equipamentos ofertados que são novos de primeira instalação;

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor estimativo para esta contratação é de R\$ 178.732,08 (cento e setenta e oito mil setecentos e trinta e dois reais e oito centavos), estimativa baseada no contrato nº 021/2021 oriundo do pregão eletrônico nº 04/2021, processo nº 00610416.000113/2020-14, mais o cálculo de Índice Geral de Preço de Mercado-IGP-M, apurado no período de 01/06/2021 a 31/12/2025, fonte **IBRE/FGV**

11.2. O valor estimativo desta contratação será atualizado após realização de pesquisa mercadológica pelo setor de compras do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. O pagamento desta empresa está prevista na programação orçamentária abaixo:

12.2. Projeto de atividade: 238201 - Manutenção das Unidades Hospitalares e de Referências

12.3. Elemento da Despesa: 33.90.39.12 - Locação de Máquinas e Equipamentos

12.4. Fonte : 0.5.00.000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato ou instrumento equivalente e seus anexos;

13.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Termo de Referência**;

13.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

13.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.5. Atestar nas notas fiscais a efetiva entrega do objeto deste Termo, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

13.6. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por

ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

13.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

13.8. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.9. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência oredseenRteefeCrèonnctriaat3o5;

13.10. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste documento e/ou no Contrato;

13.11. Notificar à CONTRATADA, por escrito, as sanções e penalidades quando for o caso;

13.12. Cientificar o órgão de representação judicial da SESAP para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

13.13. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato ou no Instrumento Equivalente, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.14. A Administração terá o prazo de 10 dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13.15. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

13.16. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

13.17. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1.A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

14.1.2. efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações no Termo de Referência e seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, lote, e quantidade;

14.1.3. [responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#);

14.1.4. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

14.1.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.1.6. atender prontamente às exigências DO Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia, órgão integrante da SESAP, constantes no Edital, inerentes ao objeto da presente licitação;

14.1.7. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como seguir a [Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020](#), que determina o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência;

14.1.8. responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

14.1.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021)

14.2. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

A CONTRATADA OBRIGA-SE, ALÉM DAS OBRIGAÇÕES A ELA INERENTES PREVISTAS

15.1. O produto ofertado deverá ser novo e de primeiro uso e estar na linha de produção atual do fabricante.

15.2. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

15.3. Entregar o material, objeto da presente licitação, no endereço indicado pela Contratante, dentro do prazo constante da proposta, contado desde o recebimento da Nota de Empenho, nas especificações, quantidades e no horário das 08:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00 de segunda a sexta-feira.

15.4. Responder pelos vícios e defeitos do material e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, na execução do contrato.

15.5. Fornecer, na entrega do material, os itens abaixo:

15.5.1. Manual de orientação de uso ofertado em português

15.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos dos materiais até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O licitante ou a Contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar e contratar
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), as seguintes sanções:

16.2.1. advertência;

16.2.2. multa;

16.2.3. impedimento de licitar e contratar;

16.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

§ 2º A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista da Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta) dias

§ 4º A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do do [art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do do [art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pelo Hospital Regional Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia - HRTVM, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

§ 7º As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.3. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do [art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.4. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do [art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização.

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1 de Agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

16.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

16.6. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.7. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

16.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

Parágrafo Único - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. Os contratos provenientes desta licitação regular-se-ão pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme estabelecido na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#).

17.2. O Hospital Regional Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar o instrumento equivalente, que deverá assiná-lo dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis após convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#).

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo Hospital Regional Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia.

§ 2º Será facultado ao Hospital Regional Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

§ 3º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor da licitante.

17.3. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, o Hospital Regional Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia deverá verificar a regularidade fiscal da Contratada, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

17.4. O contrato passará a produzir efeitos a partir da publicação do extrato do termo de contrato ou documento equivalente no Diário Oficial do Estado.

DO REAJUSTE

18.1 Os preços são fixos e irrevogáveis.

18.2. No caso de formalização de contrato:

18.2.1. Os preços são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

18.2.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o IPCA (Índice Nacional de preço ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.2.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.2.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.2.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

19.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

19.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

19.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

19.4. Caso a notificação da não-continuidade do contato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

19.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da referida Lei.

19.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

19.6.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado Termo Aditivo para alteração subjetiva.

19.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

19.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

19.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

19.7.3. Indenizações e multas.

19.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

19.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

APÊNDICE DO ANEXO I - ETP

(SEI ID Nº 40865511)

Estudo Técnico Preliminar

Processo nº 00610416.000005/2026-29

DO OBJETO

1.1.A presente licitação tem por objeto a **Locação de Equipamentos de Hematologia novos e de primeiro uso** com manutenção preventiva e corretiva com fornecimento dos insumos reagentes de **02 (dois) Equipamentos Contador automático de Hematologia com Contagem Diferencial de 5 partes e no mínimo 25 parâmetros, para imediata instalação e treinamento, pelo período de vinte e quatro (24) meses**, a fim de atender a demanda do HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA.

1.2.A contratação em tela se dará por Pregão Eletrônico, pelo critério de julgamento menor preço por item.

DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

2.1. Quantidade de material/serviço da solução a ser contratada

2. Quantidade de material/serviço da solução a ser contratada						
HEMATOLOGIA						
ITEM	CATMAT/ CATSER	ESPECICICAÇÃO DOS TESTES	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT TOTAL		
01	14206	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 02(DOIS) EQUIPAMENTOS CONTADOR AUTOMATICO DE HEMATOLOGIA COM CONTAGEM DIFERENCIAL DE 5 PARTES, CARACTERISTICAS MINIMAS EXIGIVEL Princípios de medição: Leitura através de dispersão do laser por citometria de fluxo. (WBC Diff) e/ou Método por impedância (WBC/RBC/PLT). Reagentes hemolíticos livres de cianeto (HGB). Parâmetros mínimos: 25 parâmetros, incluindo 25 resultados de parâmetros (WBC, LYM%, LYM#, NEU%, NEU#, MON%, MON#, EOs%, EOs#, BAS%, BAS#, RBC, HGB, HCT, MCV, MCH, MCHC, RDW-CV, RDW-SD, PLT, PDW, MPV, PCT, P-LCR e P-LCC) e 4 parâmetros de pesquisa (ALY#, ALY%, LIC#, LIC%). Com diagrama de dispersão e 3 histogramas. Rendimento mínimo: 60 amostras por hora, Display touchscreen colorido, Software intuitivo em português, Impressora térmica embutida e opções de uso de impressora externa laser com insumos para impressão dos resultados, Armazenamento de resultados incluindo diagramas de dispersão, histogramas e informação de paciente.	SERVIÇO / LOCAÇÃO / MÊS	24		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS TESTES		UNIDADE DE MEDIDA	QUANT DE MESES	QUANT TESTES MENSAL	QUANT TESTES TOTAL
1.1	Exames de Hematologia		Mes	24	3.500	84.000
Edital PE 90005 2026 LOCAÇÃO EQUIP HEMATOLOGIA (40952775)						

TOTAL DE TESTES DO ITEM 1	3.500	84.000
.....		

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ARTIGO 18, § 1º, INCISO I, DA LEI 14.133)

3.1. Trata-se de solicitação para contratação de serviços de **locação de equipamentos de Hematologia novos e primeiro uso** com manutenção preventiva e corretiva com fornecimento dos insumos reagentes de **02 (dois) Equipamentos Contador automatico de Hematologia com Contagem Diferencial de 5 partes e no mínimo 25 parâmetros, para imediata instalação e treinamento, pelo período de vinte e quatro (24) meses**, a fim de atender a demanda de exames solicitados pelos profissionais médicos realizados no Laboratório de análises clínica desta unidade de saúde o qual funciona ininterruptamente 24 horas/dia.

3.2. A locação dos equipamentos com o fornecimento contínuo dos insumos reagentes, está diretamente relacionada à garantia de prestar assistência aos pacientes internados e usuários que buscam atendimento nesta unidade de saúde, sendo seguro e adequado para a prestação de serviços públicos de saúde no âmbito do **Sistema Único de Saúde (SUS)**, contribuindo assim, para o atendimento satisfatório das demandas de exames que ocorrem diuturnamente nesta unidade hospitalar.

3.3. Considerando ainda que, esta contratação visa assegurar a qualidade do serviço ofertado e o bom desempenho profissional, tanto para os trabalhadores envolvidos quanto para os pacientes que buscam atendimento. Os equipamentos solicitados são importante para realização de exames com precisão e qualidade, imprescindível no auxílio diagnóstico e tratamento, com funcionamento 24 horas, que atende aos usuários do SUS com necessidade de realizar exames de urgência e emergência, visto que esta unidade é referência nesses atendimentos.

3.4. Trata-se, portanto, de contratação necessária, oportuna e plenamente justificada, que assegura o suporte operacional indispensável ao funcionamento do Hospital Regional Tarcísio Maia, com respeito à legislação vigente, ao interesse público e às boas práticas de governança na saúde pública.

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE PARA A CONTRATAÇÃO (ARTIGO 18, § 1º, INCISO IV, DA LEI 14.133)

4.1. É utilizado como parâmetro para cálculo do quantitativo solicitado os relatórios de consumo históricos individuais dos exames de hematologia solicitados pelos profissionais médicos, extraídos do Software de gestão hospitalar - SGH-Laboratório (em anexo), Relatório mensal das realizações dos exames, onde deve-se considerar que há variação de mês a mês, o que altera sua média de consumo, neste caso foi utilizada a soma mensal dividido por 12 que o total anual, compondo desta forma o Consumo Médio Mensal (CMM) de cada exame.

Assim, foi calculado o CONSUMO MÉDIO MENSAL (CMM) dos exames de hematologia e cada exame, multiplicado por 24 (vinte e quatro) meses, e acrescido ao quantitativo um ajuste de sazonalidade de 20% (estoque de Segurança), a fim de evitar falta dos reagentes..

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (ARTIGO 18, § 1º, INCISO VI, DA LEI 14.133)

5.1. O valor estimativo para esta contratação é de R\$ 178.732,08 (cento e setenta e oito mil setecentos e trinta e dois reais e oito centavos), estimativa baseada no contrato nº 021/2021 oriundo do pregão eletrônico nº 04/2021, processo nº 00610416.000113/2020-14, mais o cálculo de índice Geral de Preço de Mercado-IGP-M, apurado no período de 01/06/2021 a 31/12/2025, fonte **IBRE/FGV**.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ARTIGO 18, § 1º, INCISO VIII, DA LEI 14.133)

6.1. O fornecimento deverá ser realizado através de locação dos equipamentos de hematologia com serviços de manutenções preventivas mensais e/ou manutenções corretivas sempre que houver a necessidade com fornecimento dos insumos reagentes, uma vez que a natureza do objeto e o quantitativo exige condições físicas e sanitárias adequadas para o funcionamento, o que torna necessária essa modalidade, sendo tecnicamente viável e economicamente vantajoso e, não representa perda de economia de escala, conforme disposto como princípio, na alínea "b" do inciso V do art. 40 da Lei 14333/2021.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A SE DESTINA (ARTIGO 18, § 1º, INCISO XIII, DA LEI 14.133)

7.1. Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21) Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020)

7.2. Diante dos informes deste estudo, declaramos VIÁVEL a realização de certame licitatório, modalidade pregão com objetivo de contratação de empresa para **locação de equipamentos de Hematologia novos e de primeiro uso** com manutenção preventiva e corretiva com fornecimento dos insumos reagentes de **02 (dois) Equipamentos Contador automatico de Hematologia com Contagem Diferencial de 5 partes e no mínimo 25 parâmetros, para imediata instalação e treinamento, pelo período de vinte e quatro (24) meses**, para atender a demanda do Hospital Regional Tarcísio Vasconcelos Maia.

7.3. Análise de alternativas - Solicita-se a locação dos equipamentos com manutenção preventiva e corretiva com fornecimento dos insumos reagentes para uso no laboratório de análises clínica, via procedimento licitatório na modalidade pregão na forma eletrônica. Uma alternativa a esta aquisição seria a contratação de empresa especializada em gestão hospitalar, porém isso se tornaria mais oneroso para o erário.

7.4. Adequação Legal - O objeto de interesse desse processo, está em total conformidade com a legislação vigente e regulamentos pertinentes, como pode ser visto abaixo:

7.5. Regulação sanitária e de trabalho: Os produtos possuirão registro na ANVISA e Certificado de Aprovação do Ministério

do Trabalho e Emprego, garantindo que estejam adequados para uso em ambientes com risco biológico.

7.6. Transparência e licitação: O processo de contratação respeitará os princípios da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), assegurando a transparência, economicidade e eficiência.

7.7. Impacto e Benefícios Esperados - A reposição desses insumos é de extrema importância para funcionamento dos serviços hospitalares, contemplando as demandas de urgência, emergência, internamento e diagnóstico de maneira eficaz.

7.8. Plano de Implementação - Os equipamentos serão utilizados no laboratório de análises clínicas do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia de maneira contínua e ininterrupta, com assistência técnica pela empresa vencedora do certame licitatório na modalidade pregão. Será designado servidor para atuar como fiscal de contrato, bem como, solicitar as demandas contratuais e acompanhamento dos serviços junto a empresa contratada.

7.9. Conforme se verifica no presente neste estudo técnico, estão configurados os requisitos que sustentam a viabilidade da contratação, como a necessidade da contratação, estimativa da quantidade a ser contratada, valor estimado da contratação, entre outros.

7.10. Diante de todas as justificativas e explicações aqui exaradas, julgamos viável o prosseguimento do certame por se tratar de uma completa assistência aos pacientes, através da utilização dos equipamentos e insumos para realização de exames laboratoriais, com intuito de garantir a continuidade e pleno funcionamento dos equipamentos e realização dos exames laboratoriais, oferecendo um serviço especializado, auxiliando no diagnóstico, para segurança e qualidade na assistência aos usuários do SUS, e consequentemente aumentando a qualidade e a sobrevida do paciente.

PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA (ARTIGO 18, § 1º, INCISO II, DA LEI 14.133)

8.1 A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual - PCA/SESAF 2026, sob número: 08241754010450-0 00001/2026, link: <https://pncp.gov.br/app/pca/08241754010450/2026>, publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas - PNCP, disponível para consulta no endereço eletrônico: Portal Nacional de Contratações Públicas.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ARTIGO 18, § 1º, INCISO III, DA LEI 14.133)

9.1. Natureza da Contratação:

10.1.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **serviços comuns sem dedicação de mão de obra exclusiva**, nos termos do parágrafo único inciso XVI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **serviços contínuos**, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Sustentabilidade:

9.2.1. A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

9.2.2. A contratada deverá adotar **práticas de sustentabilidade** na execução dos serviços, considerando o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, a saber:

9.2.2.1. A contratada deverá, sempre que possível, utilizar equipamentos e materiais de menor impacto ambiental;

9.2.2.2. A empresa CONTRATADA se responsabilizará pelas manutenções corretivas, preventivas, fornecimento dos insumos reagentes e os registros das intervenções técnicas com identificação e assinatura do técnico responsável devidamente registrado em conselho de classe; além de disponibilizar os registros de manutenção, uma vez que os equipamentos envolvidos são de extrema necessidade para realização dos exames dos pacientes, solicitados pelos profissionais médicos desta unidade hospitalar.

9.3. Da Exigência de Amostra:

9.3.1. Não será necessária amostra.

9.4. Para levantamento de informações técnicas para a estimativa de valor de sua proposta, a empresa licitante **PODERÁ** realizar visita técnica ao local, conforme agendamento prévio junto ao setor do Laboratório do Hospital Regional Tarcísio Maia.

9.5. Subcontratação:

10.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual

9.6. Garantia da Contratação:

9.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

9.6.2. Não há complexidade e vultuosidade na presente licitação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

9.6.3. A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

9.7. Padrões Mínimos de Qualidade:

9.7.1. A Contratada deverá manter um Preposto aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, conforme previsto no artigo 118 da Lei nº 14.133/21.

9.7.2. A Contratada deverá informar nome completo, telefone e e-mail para contato com o Preposto indicado.

9.7.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

9.7.4. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme previsto no artigo 119 da Lei nº 14.133/21.

9.7.5. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme previsto no artigo 121 da Lei nº 14.133/21.

LEVANTAMENTO DE MERCADO (ARTIGO 18, § 1º, INCISO V, DA LEI 14.133)

10.1. O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a ser contratada para atender à demanda apresentada no Documento de Formalização da Demanda (DFD).

10.2. Após a verificação do objeto demandado e dos requisitos da contratação (apresentados no item anterior), foi realizado o levantamento de mercado e identificação das características de locação de equipamentos de hematologia com manutenção preventiva e corretiva e fornecimento dos insumos reagentes aplicáveis aos seguintes equipamentos para uso no laboratório de análises clínica do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia (HRTM):

02(dois) Equipamentos Contador Automático de Hematologia com Contagem Diferencial de 5 Partes.

10.3. Em razão da especificidade e da baixa complexidade da contratação (Locação de Equipamentos de hematologia), não se fez necessária a realização de audiência ou consulta pública ao mercado para coleta de contribuições.

10.4. Para subsidiar o processo de contratação, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar e avaliar as alternativas viáveis e eficientes disponíveis para a locação dos equipamentos citados. O intuito é garantir a assistência aos pacientes internados e os que buscam atendimento nesta unidade de saúde, assegurando a solução mais vantajosa e compatível com as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.5. Análise das Alternativas Disponíveis

10.5.1. Foi realizado levantamento junto a fornecedores locais e nacionais com atuação em locação de equipamentos de hematologia, observando-se as seguintes opções:

10.5.1.1. Aquisição dos equipamentos novos

Alternativa inviável no momento, em razão do alto custo de aquisição dos equipamentos e da ausência de previsão orçamentária para aquisição dos mesmos. Além disso, não resolveria a demanda imediata de continuidade da assistência.

10.5.1.2. Contratação emergencial de empresa terceirizada (modelo atual)

Apesar de ser a prática vigente, representa **custo mais elevado**, além de não assegurar continuidade, planejamento e previsibilidade orçamentária. Trata-se de solução pontual e instável, que não atende ao princípio da economicidade.

10.5.1.3. Contratação regular por meio de licitação com empresa especializada

Alternativa viável e recomendada. Empresas com experiência comprovada na manutenção dos equipamentos e fornecimento dos insumos reagentes, que ofereçam serviços técnicos com fornecimento de peças, atendimento emergencial e manutenção programada. A regularização contratual contribui para a sustentabilidade da assistência, previsibilidade de gastos e conformidade legal.

10.6. Justificativa Técnica e Econômica da Escolha

10.6.1. A escolha da solução ideal deve considerar a relação entre custos, benefícios técnicos, operacionais e riscos assistenciais envolvidos.

10.6.1.1. A **contratação regular de empresa especializada** em locação de equipamentos de hematologia com manutenção preventiva e corretiva e fornecimento dos insumos reagentes, apresenta-se como a alternativa mais adequada. Tecnicamente, a manutenção preventiva e corretiva realizada por empresa com expertise assegura o funcionamento contínuo dos equipamentos, evita interrupções de tratamento. Isso impacta diretamente na **segurança do paciente que necessitam de exames realizados no laboratório do Hospital Regional Tarcísio Maia**.

10.6.1.2. JUSTIFICATIVA TÉCNICO-ECONÔMICA PARA ADOÇÃO DO MODELO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS - SETOR DE HEMATOLOGIA

10.6.1.3. A decisão acerca da forma de contratação de equipamentos laboratoriais não deve se limitar à análise do investimento inicial (CAPEX), mas considerar, de forma abrangente, o **Custo Total de Propriedade (Total Cost of Ownership - TCO)**. Este conceito engloba não apenas o valor de aquisição, mas também custos recorrentes e indiretos, tais como manutenção preventiva e corretiva, calibração, insumos, treinamento de equipe, tempo de inatividade (downtime) e riscos operacionais associados.

No contexto do setor de hematologia, essa análise torna-se ainda mais crítica, tendo em vista que os equipamentos são altamente automatizados, exigem rigorosos processos de calibração e controle de qualidade, e qualquer falha pode impactar diretamente a confiabilidade dos resultados diagnósticos e consequentemente, a segurança assistencial.

Atualmente, o modelo baseado em terceirizações esporádicas e contratações emergenciais apresentam significâncias, tais como:

Custos elevados decorrentes da ausência de planejamento;

Descontinuidade operacional;

Instabilidade contratual;

Risco aumentado de indisponibilidade dos equipamentos.

Diante desse cenário, o modelo de locação de equipamentos laboratoriais, associado ao fornecimento de reagentes (comodato), apresenta-se como alternativa mais vantajosa sob o ponto de vista técnico e econômico.

Principais vantagens do modelo de locação:

Redução do investimento inicial: elimina a necessidade de elevado dispêndio de capital para aquisição de equipamentos.

Manutenção e suporte técnico inclusos: transferência da responsabilidade de manutenção preventiva e corretiva ao fornecedor, reduzindo riscos operacionais.

Atualização tecnológica contínua: garantia de acesso a equipamentos modernos, alinhados às melhores práticas laboratoriais.

Reposição ágil em caso de falhas: minimização do tempo de inatividade (downtime) e garantia de continuidade dos serviços.

Previsibilidade orçamentária: modelo baseado em custo por volume (exames/reagentes), permitindo melhor planejamento financeiro.

Adequação à demanda variável: especialmente relevante para o Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia, que se encontra em expansão contínua e apresenta variações no volume de exames.

Garantia de qualidade analítica: fornecimento integrado de insumos, calibração e controle interno, assegurando conformidade com normas técnicas e regulatórias.

Adicionalmente, o elevado consumo de reagentes no setor de hematologia, aliado à necessidade de fluxo contínuo de exames e rigoroso controle de qualidade, reforça a adequação do modelo de comodato vinculado à locação, no qual os custos são proporcionais ao volume produzido, e a responsabilidade técnica permanece sob gestão do fornecedor.

Dessa forma, conclui-se que o modelo de locação proporciona maior eficiência operacional, segurança assistencial e racionalidade econômica, sendo mais vantajoso em comparação ao modelo atual de terceirização esporádica. Considerando os aspectos técnicos, operacionais e econômicos apresentados, recomenda-se a adoção do modelo de locação de equipamentos laboratoriais para o setor de hematologia, por se mostrar mais eficiente, sustentável e alinhado às necessidades institucionais, garantindo continuidade, qualidade e segurança na prestação dos serviços laboratoriais.

10.6.1.3. A escolha pela contratação regular também atende aos princípios da **eficiência, continuidade do serviço público, economicidade e interesse público**, conforme previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 80 do Decreto Estadual nº 32.449/2023. Os serviços demandados são considerados comuns no mercado especializado e passíveis de comparação de preços, viabilizando ampla pesquisa e competitividade.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (ARTIGO 18, § 1º, INCISO VII, DA LEI 14.133)

11.1.A contratação dos serviços de locação através de Processo Licitatório na modalidade Pregão na sua forma eletrônica conforme dispõe o Inciso I do Art. 28 da Lei 14.133/2021, contemplará **Locação de Equipamentos de Hematologia novos e de primeiro uso** com manutenção preventiva e corretiva e com fornecimento dos insumos reagentes dos seguintes equipamentos: **02(dois) Equipamentos Contador Automático de Hematologia com Contagem Diferencial de 5 Partes, a fim de atender a demanda do** laboratório de análises clínica do Hospital Tarcísio de Vasconcelos Maia, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, com itens que não tem registro de preços vigente na SESAP.

11.2. As licitantes deverão apresentar suas propostas com base nas suas estimativas de custo para o fornecimento.

11.3. Os preços serão fixos e irrevogáveis dentro do prazo de dois anos.

11.4.A contratação será em quantidade solicitada conforme os quantitativos mensal, visando a demanda interna e as possíveis sazonalidades para o referido item.

11.5. Após emissão da nota de empenho a Unidade deverá enviar cópia ao fornecedor e solicitar a entrega com prévio agendamento.

11.6. Os itens, objeto desta aquisição, deverão ser entregues em horário comercial, no hospital descrito na proposta, devendo o ônus da entrega do material, inclusive frete, ser por conta exclusiva da CONTRATADA.

11.6. É de responsabilidade da transportadora/laboratório a contratação de mão de obra para efetuar a descarga do veículo, separando os produtos por tipo, validades, lotes, e acomodar os volumes no palete. A falta de ajudantes acarretará na devolução da entrega, o mesmo acontecerá se estiverem sem EPI's. Os veículos devem ser dedicados exclusivamente ao transporte de medicamentos ou outros insumos de saúde, com todas autorizações e licenças sanitárias pertinentes a esse processo.

11.7. A SESAP não realiza nenhuma cobrança monetária para recebimento de cargas. Qualquer transação comercial de contratação de ajudantes não é de responsabilidade da HRTM e não pode ocorrer nas instalações dos locais de recebimento. Cobranças indevidas podem ser denunciadas pelos canais de ouvidoria do SUS - pelo preenchimento de formulário no site www.saude.rn.gov.

11.8. O prazo de entrega deverá ser, no máximo, de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação expressa, encaminhada pela CONTRATANTE, juntamente com a Nota de Empenho.

11.9. Os produtos entregues serão de fabricação recente, **com prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses**, quando da entrega dos mesmos, ou seja, uma vida útil não inferior ao período de um ano a partir da entrega dos produtos na unidade solicitante, exceto nos casos previstos em legislação específica.

11.10. A Nota Fiscal deve conter: denominação genérica conforme a Nota de Empenho e o seu respectivo nome comercial (quando houver), lote, validade, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário, valor total, número de empenho, número do processo e número da Ata de Registro de Preços (quando houver). Não será aceito nome comercial na Nota Fiscal, caso isso ocorra motivará o não recebimento do produto;

11.11. Os bens serão recebidos provisoriamente de imediato no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e na proposta.

11.12. Os bens serão recebidos definitivamente, independente do valor, em até 10 dias úteis após entrega total do empenho, após a verificação da qualidade e quantidade do material.

11.13. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á

como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

11.14.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11.15. Os fornecedores deverão apresentar bula e/ou manual do usuário, com versão em português .

11.16.O regime de execução adotado é a de menor preço por item.

11.17.O prazo de vigência da contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de assinatura do Contrato, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, limitados a 120 (cento e vinte) meses conforme disposto nos artigos 106 e 107 da Lei 14.333/2021.

11.18.O contrato resultante deste processo licitatório poderá ser rescindido a qualquer momento, mediante escolha e justificativa da Administração, com aviso prévio a partir de 30 (trinta) dias.

11.19. É Responsabilidade da Contratada:

11.19.1. Atender às exigências e recomendações dos respectivos insumos (testes) aos fabricantes dos equipamentos.

11.19.2. A CONTRATADA se responsabilizará pelas manutenções corretivas, preventivas, ajustes, medições, calibrações, aferições e os registros das intervenções técnicas com identificação e assinatura do técnico responsável devidamente registrado em conselho de classe.

11.19.2.1. A CONTRATADA deverá fornecer **ART (Anotação de Responsabilidade Técnica)** de profissional habilitado junto ao **Conselho de Classe** ao qual o profissional esteja registrado, contemplando todos os serviços necessários para a perfeita entrega do objeto;

11.19.2.2. A CONTRATADA deverá **prestar assistência técnica integral e contínua**, disponível **24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana**, para atendimento a quaisquer ocorrências de falhas mecânicas, elétricas ou operacionais nos equipamentos objeto da contratação.

11.19.2.3. O prazo máximo para início do atendimento não poderá exceder **12 (doze) horas** contadas a partir da comunicação formal da ocorrência pelo contratante, devendo a contratada adotar todas as medidas necessárias para a plena restauração do funcionamento do equipamento no menor tempo possível. O **descumprimento do prazo** ou a não prestação do atendimento técnico nos termos definidos nesta cláusula sujeitará a contratada à aplicação das **penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021**, incluindo advertência, multa, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.20. Os serviços de manutenção subdividem-se em:

11.20.1. PREVENTIVOS:

11.20.1.1 Os serviços de manutenção do tipo “preventivo” constituem-se na verificação do funcionamento do EQUIPAMENTO, mediante realização de vistoria pelo técnico indicado pela CONTRATADA, que deve ser previamente agendada com o CONTRATANTE, com a finalidade de prevenir falhas ou defeitos que possam vir a ocorrer, na periodicidade estabelecida pelas partes, sendo compostos, além de outro(s) que venha ser necessários, pelos seguintes itens:

I – revisão de segurança elétrica e mecânica;

II – comprovação dos dados básicos;

III – revisão da qualidade, incluindo ajustes e calibrações necessárias;

IV – lubrificação dos componentes mecânicos;

V – revisão funcional;

VI – modificações técnicas e de segurança recomendadas pelo fabricante;

VII – fornecimento de lubrificantes, óleos e graxas; e

11.20.1.2. Os serviços de manutenção preventiva terão periodicidade mensal.

11.20.1.2.1. Sendo os serviços de manutenção preventiva realizados pelo menos duas vezes durante o mês.

11.20.1.3.As manutenções preventivas são realizadas em dias e horários úteis.

11.20.2. CORRETIVOS:

11.20.2.1.Os serviços de manutenção do tipo “corretivo” constituirão em:

I – conserto de defeitos e/ou falhas de funcionamento apresentados nos EQUIPAMENTOS ou em

II – detecção de defeitos e/ou falhas de funcionamento apresentados nos EQUIPAMENTOS e elaboração de relatório para providências no sentido de efetuar seu reparo ou correção após a devida efetiva abertura de chamado pelo CONTRATANTE na CENTRAL DE ATENDIMENTO DA CONTRATADA.

11.20.2.2.Os serviços de manutenção corretiva com fornecimento de peças, serão consumidos de forma estimativa, quando necessários.

11.20.2.3.Fica desde já estabelecido entre as partes que o tempo de resposta da CONTRATADA aos chamados efetivamente abertos pelo CONTRATANTE na CENTRAL DE ATENDIMENTO DA CONTRATADA será de no máximo **06 (seis) horas** úteis (segunda à sexta das 8:00 às 17:00) após a abertura do chamado.

11.20.2.4.Entende-se como “tempo de resposta” o tempo transcorrido entre a efetiva colocação do chamado na CONTRATADA, conforme descrito acima, e o primeiro atendimento técnico, podendo este ser remoto via ligação telefônica ou presencial, com a chegada de um técnico indicado pela CONTRATADA quando necessário, no local indicado pelo CONTRATANTE como sendo o

local onde o referido EQUIPAMENTO encontra-se instalado. Nos casos em que o EQUIPAMENTO esteja em um município onde não haja filial da CONTRATADA, o tempo de viagem do técnico ao local de instalação do EQUIPAMENTO deverá ser acrescentado ao tempo de resposta ao CONTRATANTE.

11.20.2.5.Caso o chamado seja encerrado remotamente, não se faz necessária a visita de um técnico na CONTRATANTE.

11.21.FORNECIMENTO DE INSUMOS

11.21.1.Os serviços para realização dos exames laborais deverão ser executados diretamente pelo prestador de serviço, com a utilização de todo o material de consumo necessário à execução, sem quaisquer despesas adicionais para a CONTRATANTE, não podendo ser cedidos ou subcontratados.

11.22.Materiais a serem disponibilizados

11.22.1.Para a perfeita execução dos serviços para realização dos exames laborais, a Contratada deverá disponibilizar os insumos, e equipamentos nas quantidades estimadas e qualidades necessárias para a prestação do serviço de forma integral.

11.23.GARANTIA DE ENTREGA DOS INSUMOS (TESTES) E DE MANUTENÇÃO DOS APARELHOS CONTRATADOS

11.23.1.O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

11.23.2.Para a(s) embalagens dos testes que vierem abertas ou outro algum dano, como próximo a data de validade, será necessário reposição, será observado o prazo mínimo de garantia do fabricante, contado a partir da aquisição

11.24.Local da prestação dos serviços

11.24.1.A contratação dos serviços será no setor do Laboratório de Análises Clínicas - LAC do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia, no horário 08h00 as 17h00, de segunda a sexta-feira, no endereço à Rua projetada, s/n Bairro Aeroporto - Mossoró/RN, CEP 59607-100.

11.25. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

11.25.1.A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

11.25.2.O início da execução do Objeto de Contrato se dará em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato, estando o mesmo condicionado a emissão da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, que deverá ser feita pela Fiscalização de Contrato.

11.25.3.A Contratada deverá orientar seus profissionais a registrarem em Livro de Ocorrências todo e qualquer fato relevante ou anormalidade referente ao contrato.

11.26.Especificação da garantia de execução

11.26.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, nos termos do caput do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.26.2 Conforme consta no “caput” do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 “A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos”.

11.26.3.Não obstante a discricionariedade, explícita na legislação, de poder exigir ou não “prestação de garantia nas contratações”, a autoridade competente, em razão do presente processo ser considerado de baixo vulto financeiro, de baixo nível de complexidade técnica, de baixo risco de execução, e, como forma de ampliar a competitividade e a busca mercadológica; com o intuito de não inviabilizar a contratação, uma vez que para promover a garantia os interessados tem que desembolsar recursos o que poderia comprometer a própria execução do objeto, bem como não ter sido identificado outros parâmetros que elevem os cuidados necessários quanto à exigência da prestação de garantia, opta por não exigir garantia de execução para a presente contratação.

11.26.4. Após emissão do empenho a Unidade deverá enviar cópia ao fornecedor e solicitar os serviços com prévios agendamentos.

11.26.5. A SESAP não realiza nenhuma cobrança monetária para recebimento de cargas. Qualquer transação comercial de contratação de ajudantes não é de responsabilidade da SESAP e não pode ocorrer nas instalações dos locais de recebimento. Cobranças indevidas podem ser denunciadas pelos canais de ouvidoria do SUS - pelo preenchimento de formulário no site www.saude.rn.gov

11.26.6.O prazo de entrega deverá ser, no máximo, de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

11.26.7. A Nota Fiscal deve conter: denominação genérica conforme a Nota de Empenho e o seu respectivo nome comercial (quando houver), lote, validade, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário, valor total, número de empenho, número do processo e número da Ata de Registro de Preços (quando houver). Não será aceito nome comercial na Nota Fiscal, caso isso ocorra motivará o não recebimento do produto.

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (ARTIGO 18, § 1º, INCISO IX, DA LEI 14.133)

12.1.Considerando que é de suma importância a contratação dos serviços através de Processo Licitatório na modalidade Pregão na sua forma eletrônica conforme dispõe o Inciso I do Art. 28 da Lei 14.133/2021, onde contemplará **Locação de Equipamentos de Hematologia novos e usados** com manutenção preventiva e corretiva com fornecimento dos insumos reagentes dos seguintes equipamentos: **02(dois) Equipamentos Contador Automático de Hematologia com Contagem Diferencial de 5 Partes, para atender a demanda do** laboratório de análises clínica do Hospital Tarcísio de Vasconcelos Maia, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, visando atender aos pacientes usuário do SUS que buscam esta unidade de saúde. Pretende-se contratar os itens/serviços descritos neste Estudo Técnico Preliminar **pelo menor preço por item**, até o limite do preço por item máximo estimado conforme as especificações e exigências descritas no Termo de Referência com vista a garantir o

cumprimento sem interrupção do fornecimento dos serviços a serem contratados. Os resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis com a contratação dos serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos laboratoriais, são os seguintes:

12.1.1. Economicidade: Redução de custos com manutenções emergenciais e contratações avulsas, que frequentemente apresentam valores unitários mais altos, prazos imprevisíveis e menor capacidade de planejamento.

12.1.2. Evita a paralisação dos serviços no laboratório, que, quando ocorre, exige soluções paliativas (como solicitar os serviços de exames em outras unidades) com custos logísticos e assistenciais elevados.

12.1.3. Minimiza a necessidade de reposição precoce de equipamentos, ao prolongar sua vida útil com manutenções preventivas regulares, de acordo com as orientações dos fabricantes.

12.1.4. Permite a previsão orçamentária mais eficiente, com contratos de valor fixado previamente e plano de manutenção estabelecido, contribuindo para o equilíbrio fiscal da unidade.

12.1.5. Evita desperdício de recursos públicos com substituição indevida de peças ou serviços técnicos não qualificados, por meio da contratação de empresa especializada e certificada.

12.1.6. Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos, Materiais e Financeiros Disponíveis:

12.1.7. Garante maior segurança operacional aos profissionais que utilizam os equipamentos, promovendo ambiente de trabalho mais estável, funcional e seguro, com impacto direto na qualidade da assistência prestada.

12.1.8. Evita gastos com aquisição emergencial de peças ou insumos, uma vez que a empresa contratada deverá prover os componentes necessários dentro do escopo da manutenção preventiva e corretiva, de forma planejada e pactuada.

12.1.9. Preserva a integridade física dos aparelhos e assegura sua conformidade técnica, conforme recomendações dos fabricantes, eliminando riscos de danos por manipulações inadequadas ou uso em condições fora dos parâmetros ideais.

12.1.10. Recursos Financeiros: A contratação permite um custo proporcional ao uso e necessidade da unidade, eliminando despesas fixas com aquisição de novos equipamentos e evitando investimentos elevados em reposição precoce.

12.1.11. A empresa contratada será responsável por toda a manutenção técnica (preventiva e corretiva) durante o período contratual, sem ônus adicional para a Administração, o que representa economia direta de recursos públicos.

12.1.12. A regularização contratual permite a fiscalização do desempenho da empresa, vinculando pagamentos a resultados efetivos, conforme critérios técnicos e indicadores de desempenho previamente estabelecidos.

12.1.13. A solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade e continuidade dos serviços públicos de saúde, conforme previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021. Além disso, proporciona segurança assistencial, racionalização dos recursos e melhora significativa na gestão dos serviços de laboratório da SESAP/RN.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (ARTIGO 18, § 1º, INCISO X, DA LEI 14.133)

13.1. Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência será elaborado, respeitando todas as normas e etapas da fase interna e caso aprovado pela Autoridade Competente do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia/HRTVM, será realizada a Licitação através de Pregão Eletrônico. A licitação estando homologada e as Atas assinadas poderá ser feita a contratação para locação dos equipamentos com o fornecimento dos insumos reagentes, objeto desta licitação.

13.2. Capacitação dos servidores responsáveis pela gestão/ fiscalização de contrato:

- Os servidores que atuarão na gestão e fiscalização da contratação tem vasta experiência com atuação em diversos outros contratos, bem como já participaram de treinamentos e capacitações sobre a temática.

13.3. Preparação do ambiente físico, rede elétrica:

- O espaço físico onde estão instalados os equipamentos já se encontra devidamente adequado, uma vez que no local já são executados as atividades dos laboratório de análises clínicas e microbiologia da Unidade Hospitalar, contando com bancadas, pontos de tomada elétricos, equipamento(s) de proteção (nobrebreak) garantindo segurança e funcionalidade aos equipamentos.

O Hospital passa por reformas em diversos setores, inclusive o Laboratório é um dos setores que será contemplado com ampliação da área física, padronização das instalações, bancadas, renovação das instalações elétricas e hidráulicas, inclusive o ponto onde é instalada a membrana semipermeável (membrana de osmose reversa).

13.4. Recursos necessários para o início da execução contratual, insumos de apoio:

-Tendo em vista o local o local já ser utilizado como Laboratório, já conta com diversos recursos necessários e essenciais para o início da execução da contratação, inclusive insumos necessários a realização de exames. Vale salientar que , quando da instalação do(s) equipamentos(s) a empresa ganhadora deve fazer, também , a entrega da primeira remessa dos testes para realização dos exames de hematologia.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ARTIGO 18, § 1º, INCISO XI, DA LEI 14.133)

14.1. Há um contrato de nº 021/2021 oriundo do Pregão Eletrônico nº 04/2021 – Processo nº 00610416.000113/2020-14, em vigência com o seu último aditivo previsto para encerrar em 31/05/2026.

DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (ARTIGO 18, § 1º, INCISO XI, DA LEI 14.133)

15.1. Nas aquisições e contratações governamentais, no intuito de mitigar possíveis impactos ambientais, a Administração deve dar prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010- Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MPOG ns. 01/2010 e bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

15.2. Nesse sentido, cabe destacar os critérios contidos no Decreto 7.746/2012, os quais servirão de base para o Processo Administrativo:

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras: (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017)

15.3. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017)

15.4. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

15.5. maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

15.6. maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

15.7. maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

15.8. uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017)

15.9. origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017)

15.10. utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

15.11. Mister ressaltar o previsto no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, in verbis:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

15.12. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

15.13. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

15.14. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

15.15. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

§ 2º O edital poderá estabelecer que, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. O edital ainda deve prever que, caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

15.16. Para a distribuição dos equipamentos, deverão ser fornecidas embalagens compactas, geradas pela indústria / produtor local conforme o preconizado no “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”, da CGU/AGU.

RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO

16.1. Certifico que a elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares desta unidade demandante e que o mesmo traz os conteúdos, conforme diretrizes estabelecidas pela Lei 14.133/2021.

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

(SEI ID Nº 39953918)

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº _xxx_ /2026 – HRTVM

Pregão Eletrônico nº 9000x_/2026.

Processo SEI nº 00610416.000005/2026-29.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA - SESAP/RN, POR INTERMÉDIO DO HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA - HRTVM E A EMPRESA _____ COM OBJETIVO DE: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE HEMATOLOGIA, DESTINADOS AO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E MICROBIOLOGIA, DESTA UNIDADE HOSPITALAR.

O Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria de Estado da Saúde Pública - SESAP/RN (Órgão da Administração Direta), por intermédio do HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA - HRTVM, inscrito no CNPJ sob o nº 08.241.754/0104-50, com sede na Rua Projetada S/N, Aeroporto, CEP 59607-100, Mossoró/RN, neste ato representado pelo(a) Sr(a). ANA KARINA DA SILVA FREIRE NÓBREGA DE ARAÚJO, Diretor(a) de Unidade de Saúde (DUS I) SESAP/RN - Matrícula nº 250.546-0, com atribuições de Diretor(a) Geral, nomeada por Ato Público do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, publicado no Diário Oficial do Estado - DOE/RN nº 15.855, de 19 de fevereiro de 2025 e republicado por incorreção no DOE/RN nº 15.872, de 18 de março de 2025, de agora em diante denominado CONTRATANTE e a Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº ____/____-__, com sede na Rua/Av. _____, nº __, Bairro _____, CEP ____-__, Cidade ____/____, representada por seu Sócio administrador/Titular/Procurador o(a) Sr(a). _____, aqui denominada apenas CONTRATADA, consoante as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos, do Decreto Estadual nº 32.449/2023, e da Lei nº 8.078/ 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 9000x_/2026, do tipo Menor Preço por Item, mediante as cláusulas e condições abaixo pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para a Locação de Equipamentos de Hematologia, novos e de primeiro uso, com manutenção preventiva e corretiva com fornecimento dos insumos e reagentes dos seguintes equipamentos: 02 (dois) Equipamentos Contador Automático de Hematologia com Contagem Diferencial de 5 partes e no mínimo 25 parâmetros, para imediata instalação e treinamento, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, afim de atender a demanda do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia - HRTVM.

1.2. Objeto da Contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL	VALOR. UNIT. R\$	VALOR. TOTAL R\$
	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 02 (DOIS) EQUIPAMENTOS CONTADOR AUTOMATICO DE HEMATOLOGIA COM CONTAGEM DIFERENCIAL DE 5 PARTES E NO MÍNIMO 25 PARÂMETROS. <u>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS EXIGÍVEL</u> Princípios de medição: Leitura através de dispersão do laser por citometria de fluxo. (WBC Diff) e/ou Método por impedância (WBC/RBC/PLT). Reagentes hemolíticos livres de cianeto (HGB). Parâmetros mínimos: 25 parâmetros, incluindo 25 resultados de parâmetros					

1	(WBC, LYM%, LYM#, NEU%, NEU#, MON%, MON#, EOs%, EOs#, BAS%, BAS#, RBC, HGB, HCT, MCV, MCH, MCHC, RDW-CV, RDW-SD, PLT, PDW, MPV, PCT, P-LCR e P-LCC) e 4 parâmetros de pesquisa (ALY#, ALY%, LIC#, LIC%). Com diagrama de dispersão e 3 histogramas. Rendimento mínimo : 60 amostras por hora, Display touchscreen colorido, Software intuitivo em português, Impressora térmica embutida e opções de uso de impressora externa laser com insumos para impressão dos resultados, Armazenamento de resultados incluindo diagramas de dispersão, histogramas e informação de paciente. CATSER: 14206. MARCA/MODELO: _____. REGISTRO ANVISA: _____.	Serviço / Locação /1 Mês	1	24	-	-
TOTAL GERAL R\$						

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS TESTES	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. DE MESES	QUANT. TESTES MENSAL	QUANT. TESTES TOTAL
1.1	Exames de Hematologia	Mês	24	3.500	84.000
TOTAL DE TESTES DO ITEM 1				3.500	84.000

1.3. Vinculam esta contratação, aos documentos abaixo elencados, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

- 1.3.2. O Edital do Pregão Eletrônico, identificado no preambulo;
- 1.3.3. A Proposta de Preços da empresa;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A contratação objeto deste instrumento contratual é celebrada com base no resultado homologado pela autoridade competente (Diretor(a) Geral) em _xx_/xx_/2026, e adjudicação do Certame Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 9000x_/2026, tipo Menor Preço por Item, regido pelos ditames da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 32.449/2023, e alterações posteriores, bem como pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e, em especial, o Código Civil - Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e o Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, no âmbito do Processo SEI nº 00610416.000005/2026-29.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) anos, com validade a partir da data de sua assinatura, com eficácia a partir da sua publicação e com vigência de xx/xx/2026 até xx/xx/2028, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do disposto nos artigos 106 e 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

4.1. Ao presente instrumento contratual é atribuído o valor estimativo total de R\$ __. __, __ (_____), a serem distribuídos em 24 (vinte e quatro) parcelas dimensionadas/estimativas mensais de R\$ __. __, __ (_____).

4.1.2. O valor constante do item acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias, diretas e indiretas, decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, fretes, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato, serão custeadas com recursos oriundos de créditos orçamentários consignados à CONTRATANTE, para o exercício vigente 2026, conforme a classificação orçamentária abaixo detalhada:

Unidade Gestora: 241316 Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia – HRTVM.

Classificação Funcional Programática: 24.131.10.302.0303 - 238201 - Manutenção das Unidades Hospitalares e de Referências.

Natureza da Despesa: 3.3.90.39-12 - Locação de Máquinas e Equipamentos.

Fonte de Recurso: 0.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos.

5.2. As despesas para os exercícios subsequentes, *quando for o caso*, serão alocadas à dotação orçamentária prevista para atendimento da mesma finalidade do objeto, a ser consignada à CONTRATANTE após aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual - LOA, e, a liberação dos créditos orçamentários correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) pela Unidade Gestora/Orçamentária requisitante SESAP/RN – HOSPITAL REGIONAL TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA e/ou pelo (Fundo Estadual de Saúde – FES), conforme o caso, através do domicílio bancário (*banco, agencia e conta bancária*) vinculado ao CNPJ da empresa indicado no ato da apresentação da proposta e/ou da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da entrega total dos produtos contratados/empenhados.

6.2. Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou documento congênere, todas as certidões relacionadas nos incisos II a V do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, que consistirá em:

6.2.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da CONTRATADA, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.2.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);

6.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6.5. O pagamento não será realizado por meio de cobrança bancária.

6.6. O encaminhamento da Nota de Empenho será feito por meio do e-mail informado na Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

6.7. As demais condições de pagamento, bem como os critérios quanto a periodicidade da medição e prazo para liquidação e para pagamento, encontram-se definidos no “item 9” do Termo de Referência.

6.8. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional “real” ou moeda sucedânea, no Banco: _____, Agência: ____-__, C/C: ____-__ // Contato: (____) ____-____ // e-mail: _____.

6.9. Os demais critérios de *pagamento*, bem como os de *recebimento/liquidação* estão dispostos no “Item 9 – Critérios de Medição e de Pagamento” do Termo de Referência – TR.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

7.2. No caso de formalização de contrato:

7.2.1. Os preços são fixos e irrevogáveis, pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

7.2.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste, após o interregno de 01 (um) ano, aplicando-se como índice de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado, nos últimos 12 (doze) meses, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.2.4.1. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.2.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.2.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.2.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, nos termos do caput do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.1. Conforme consta no “caput” do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 “*A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos*”.

8.1.2. Não obstante a discricionariedade, explícita na legislação, de poder exigir ou não “*prestação de garantia nas contratações*”, a *autoridade competente*, em razão do presente processo ser considerado de baixo vulto financeiro, de baixo nível de complexidade técnica, de baixo risco de execução, e, como forma de ampliar a competitividade e a busca mercadológica; com o intuito de não inviabilizar a contratação, uma vez que para promover a garantia os interessados tem que desembolsar recursos o que poderia comprometer a própria execução do objeto, bem como não ter sido identificado outros parâmetros que elevem os cuidados necessários quanto à exigência da prestação de garantia, *opta por não exigir garantia de execução* para a presente contratação.

CLÁUSULA NONA - DA SOLICITAÇÃO, ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. O prazo máximo para o início da execução/entrega do objeto licitado será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação expressa, encaminhada pela CONTRATANTE, juntamente com a Nota de Empenho.

9.1.1. Até 24 (vinte e quatro) horas anterior ao final do prazo estabelecido para o início da execução/entrega do objeto, a CONTRATADA poderá solicitar à CONTRATANTE, prorrogação, por igual período, do prazo de início da execução/entrega definido no Contrato, desde que justificada e comprovada as suas alegações. Suspendendo-se o decurso do prazo até a data do recebimento, pela CONTRATADA, da comunicação acerca da decisão da CONTRATANTE de aceitar/acatar, ou não, nova data para a entrega. *A comunicação será realizada pelo servidor especialmente designado para recebimento, acompanhamento e fiscalização do objeto.*

9.2. A(s) solicitação(ões) do(s) equipamento(s)/produto(s) objeto da contratação será(ão) dividida(s), *em parcelas dimensionadas* de acordo com a necessidade e a critério da CONTRATANTE, pelo Setor: Laboratório de Análises Clínicas e Microbiologia – LAB, mediante contato por correio eletrônico ou outro sistema telemático a critério da CONTRATANTE.

9.2.1. A CONTRATADA não poderá se utilizar dessa possibilidade para retardar a entrega, e, no caso de ocorrência, incidirá as penalidades e sanções administrativas.

9.3. O(s) equipamento(s)/produto(s) objeto da contratação deverá(ão) ser entregue(s) na(s) Unidade(s) Hospitalar(es) abaixo relacionada(s), no horário das 8h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min de segunda a sexta-feira, sendo o objeto, posteriormente, conferido e atestado pelo(s) servidor(es) competente(s), especialmente designado(s) para este fim:

- Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia – HRTVM, com endereço na Rua Projetada, S/N, Aeroporto, CEP 59.607-100, Mossoró/RN [Setor: Laboratório de Análises Clínicas e Microbiologia – LAC, *contato: telefone/e-mail* (84) 9 9838-7646 – laboratoriohrtvm@gmail.com].

9.4. O(s) equipamento(s)/produto(s) objeto da contratação deverá(ão) ser entregue(s) de acordo com as especificações, condições e prazos propostos no Termo de Referência, no Edital, na Proposta de Preços e no instrumento contratual, acondicionado(s) em embalagem(ns) própria(s) que o(s) proteja(m), sem ranhuras ou deformidades, bem como sem nenhum ônus para a CONTRATANTE.

9.4.1. A entrega do(s) equipamento(s)/produto(s) objeto da contratação deverá ser de acordo com o especificado no Termo de Referência, no Edital, na Proposta de Preços e no instrumento contratual, tanto na descrição quanto na quantidade e qualidade.

9.4.2. O(s) equipamento(s)/produto(s) objeto da contratação deve(m) ser de fabricação recente, com prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses, quando da entrega do(s) mesmo(s), ou seja, uma vida útil não inferior ao período de 01 (um) ano a partir da entrega do(s) produto(s) na unidade solicitante, exceto nos casos previstos em legislação específica.

9.4.3. A Nota Fiscal que acompanha o(s) produto(s) deve conter: Denominação genérica, conforme a Nota de Empenho, e o seu o seu respectivo nome comercial (quando houver), lote, validade, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário, valor total, número do empenho, número do processo e da Ata de Registro de Preços (quando for o caso). Não será aceito nome comercial na Nota Fiscal, caso isso ocorra motivará o não recebimento do(s) produto(s).

9.4.4. É de responsabilidade da CONTRATADA/TRANSPORTADORA a contratação de mão de obra para efetuar a descarga do veículo, separando os produtos por tipo, validade, lotes e acomodar os volumes no palete, *caso a carga esteja paletizada como indicado pelo fabricantes.*

9.4.4.1. A falta de ajudantes acarretará a devolução da entrega, o mesmo ocorrerá se estiverem sem o EPI's;

9.4.4.1.1. Qualquer transação comercial de contratação de ajudante não é de responsabilidade da CONTRATANTE e não pode ocorrer nas instalações do(s) local(is) de recebimento. A CONTRATANTE não realiza nenhuma cobrança para recebimento de cargas, cobranças indevidas podem ser denunciadas pelos canais de ouvidoria do SUS – *pelo preenchimento de formulário no site* www.saude.rn.gov.br.

9.4.4.2. A CONTRATANTE não realiza nenhuma cobrança monetária para recebimento de cargas.

9.5. O(s) equipamento(s)/produto(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, *no ato da entrega*, por servidor(es) especialmente designado(s) para efetuar o acompanhamento e a fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, do Edital, da Proposta de Preços e do instrumento contratual.

9.5.1. Não sendo satisfeita as exigências contidas no Termo de Referência, no Edital, na Proposta de Preços e no instrumento contratual, o(s) equipamento(s)/produto(s) será(ão) devolvido(s), no todo ou em parte, devendo ser(em) substituído(s) no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação de substituição feita pelo servidor

designado para acompanhamento e fiscalização do contrato, cabendo à CONTRATADA todos os ônus da devolução e do reenvio do(s) mesmo(s).

9.5.1.1. Caixas violadas ou molhadas, ausência na identificação do lote e validade nos produtos, mesmo que detectados após o recebimento provisório, poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo ser substituídos nos mesmos prazos e condições contidos no subitem anterior, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.6. O(s) equipamento(s)/produto(s) será(ão) recebido(s) definitivamente no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material, e, consequentemente da aceitação, mediante *recibo* ou *termo circunstanciado (quando for o caso)*.

9.6.1. Na hipótese da verificação, a que se refere o subitem anterior, não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6.2. A aceitação do objeto desta licitação somente será efetivada após ter sido o mesmo considerado satisfatório, por servidor(a), designado(a) especialmente para este fim, ficando a empresa fornecedora obrigada a substituí-lo, em tempo hábil, sempre que ocorrer falha.

9.7. O recebimento e aceitação do objeto pelo CONTRATANTE, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, assim como por vícios de execução ou desconformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, seus anexos e na proposta vencedora, posteriormente verificados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

10.1. A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica integral e contínua, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para atendimento a quaisquer ocorrências de falhas mecânicas, elétricas ou operacionais nos equipamentos objeto da contratação;

10.1.1. O prazo máximo para início do atendimento não poderá exceder 12 (doze) horas contadas a partir da comunicação formal da ocorrência pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA adotar todas as medidas necessárias para a plena restauração do funcionamento do equipamento no menor espaço de tempo possível.

10.2. A CONTRATADA deverá prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, por técnicos especializados, devidamente treinados, uniformizados e identificados, habilitados a manter os equipamentos devidamente ajustados e em perfeitas condições de funcionamento e de segurança, devendo disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução do serviço.

10.2.1. PREVENTIVOS:

10.2.1.1. Os serviços de manutenção do tipo “preventivo” constituem-se na verificação do funcionamento do EQUIPAMENTO, mediante realização de vistoria pelo técnico indicado pela CONTRATADA, que deve ser previamente agendada com o CONTRATANTE, com a finalidade de prevenir falhas ou defeitos que possam vir a ocorrer, na periodicidade estabelecida pelas partes, sendo compostos, além de outro(s) que venha ser necessários, pelos seguintes itens:

I - revisão de segurança elétrica e mecânica;

II - comprovação dos dados básicos;

III - revisão da qualidade, incluindo ajustes e calibrações necessárias;

IV - lubrificação dos componentes mecânicos;

V - revisão funcional;

VI - modificações técnicas e de segurança recomendadas pelo fabricante;

VII - fornecimento de lubrificantes, óleos e graxas; e

10.2.1.2. Os serviços de manutenção preventiva terão periodicidade mensal;

10.2.1.2.1. Sendo os serviços de manutenção preventiva realizados pelo menos duas vezes durante o mês.

10.2.1.3. As manutenções preventivas são realizadas em dias e horários úteis.

10.2.2. CORRETIVOS:

10.2.2.1. Os serviços de manutenção do tipo “corretivo” constituirão em:

I - conserto de defeitos e/ou falhas de funcionamento apresentados nos equipamentos ou em

II - detecção de defeitos e/ou falhas de funcionamento apresentados nos equipamentos e elaboração de relatório para providências no sentido de efetuar seu reparo ou correção após a devida efetiva abertura de chamado pelo CONTRATANTE na CENTRAL DE ATENDIMENTO DA CONTRATADA.

10.2.2.2. Os serviços de manutenção corretiva com fornecimento de peças, serão consumidos de forma estimativa, quando necessários.

10.2.2.3. Fica desde já estabelecido entre as partes que o tempo de resposta da CONTRATADA aos chamados efetivamente abertos pelo CONTRATANTE na CENTRAL DE ATENDIMENTO DA CONTRATADA será de no máximo 06 (seis) horas úteis (segunda à sexta das 8:00 às 17:00) após a abertura do chamado.

10.2.2.4. Entende-se como “tempo de resposta” o tempo transcorrido entre a efetiva colocação do chamado na CONTRATADA, conforme descrito acima, e o primeiro atendimento técnico, podendo este ser remoto via ligação telefônica ou presencial, com a chegada de um técnico indicado pela CONTRATADA, quando necessário, no local indicado pelo CONTRATANTE como sendo o local onde o referido equipamento encontra-se instalado. Nos casos em que o equipamento esteja em um município onde não haja filial da CONTRATADA, o tempo de viagem do técnico ao local de instalação do equipamento deverá ser acrescentado ao tempo de resposta ao CONTRATANTE.

10.2.2.5. Caso o chamado seja encerrado remotamente, não se faz necessária a visita de um técnico na CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

11.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos;

11.3.1. O(s) representante(s) da Administração, fiscal(is) do contrato, anotar(ão) em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

11.3.2. O(s) fiscal(is) do contrato informará(ão) a seu(s) superior(es), em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência(s) que ultrapasse(m) sua(s) competência(s);

11.4. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

11.5. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

11.6. A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

11.6.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

11.7. O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato consiste na verificação da conformidade do(s) equipamento(s)/produto(s), de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato e será exercido por representante da Administração, *gestor e fiscal de contrato – ou seu(s) substituto(s)*, especialmente designado(s) na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, observado ainda os termos do art. 7º, e, do inciso III do art. 104, do referido instrumento normativo;

11.7.1. Ficam responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização deste instrumento contratual, os(as) servidores(as) abaixo relacionados/identificados:

Nome do(a) servidor(a)	Matrícula nº	Designação/Função
_____	____-____-____	<i>Gestor(a) - Titular</i>
_____	____-____-____	<i>Gestor(a)</i>

		<i>Substituto(a)</i>
_____	____.____-__	<i>Fiscal - Titular</i>
_____	____.____-__	<i>Fiscal - Substituto(a)</i>

11.8. Os demais critérios de *gestão*, bem como as atribuições do *Gestor e Fiscal* do contrato estão dispostos no “Item 8 – Modelo de Gestão do Contrato” do Termo de Referência – TR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

São obrigações e responsabilidades das partes afora outras previstas no presente Contrato, e às que por Lei lhe couberem:

12.1. DA CONTRATANTE

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato ou instrumento equivalente e seus anexos;

12.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos;

12.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.5. Atestar nas notas fiscais a efetiva entrega do objeto deste Termo, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

12.1.6. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.1.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.1.8. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.9. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

12.1.10. Aplicar ao Contratado as sanções previstas em lei, no Termo de Referência e seus anexos;

12.1.11. Notificar à CONTRATADA, por escrito, as sanções e penalidades quando for o caso;

12.1.12. Cientificar o órgão de representação judicial da CONTRATANTE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.1.13. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

12.1.14. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

12.1.15. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período;

12.1.16. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

12.1.17. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo Contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.2. DA CONTRATADA

12.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.2.1.1. efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local indicados pela

Administração, em estrita observância às especificações no Termo de Referência e seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, lote, e quantidade;

12.2.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os [artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#);

12.2.1.3. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

12.2.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.2.1.5. atender prontamente às exigências da CONTRATANTE, constantes no Termo de Referência e seus anexos, inerentes ao objeto da presente contratação;

12.2.1.6. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como seguir a [Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020](#), que determina o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência;

12.2.1.7. responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

12.2.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.2.1.9. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

12.3. A CONTRATADA OBRIGA-SE, ALÉM DAS OBRIGAÇÕES A ELA INERENTES PREVISTAS

12.3.1 Todos os produtos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso e estar na linha de produção atual do fabricante.

12.3.2. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

12.3.3. Entregar os materiais, objeto da presente licitação, no endereço indicado pela Contratante, dentro do prazo constante da proposta, contado desde o recebimento da Nota de Empenho, nas especificações, quantidades e no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira.

12.3.4. Responder pelos vícios e defeitos dos materiais e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, na execução do contrato.

12.3.5. Fornecer, na entrega do material, os itens abaixo:

12.3.5.1. Manual de orientação de uso, do(s) produto(s) ofertado, em português.

12.3.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos dos materiais até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É expressamente vedada a subcontratação, total ou parcial para execução do objeto contratado ou ainda a cessão ou transferência total ou parcial deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que: sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato.	Advertência.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar.
Dar causa à inexecução total do contrato.	Impedimento de licitar e contratar.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	Impedimento de licitar e contratar.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	Impedimento de licitar e contratar.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.	Impedimento de licitar e contratar.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.	Impedimento de licitar e contratar.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.2.2. As peculiaridades do caso concreto;

15.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.2.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.3. A sanção de “Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar” precedida de análise jurídica, será de competência exclusiva do(a) Secretário(a) Estadual de Saúde.

15.4. As sanções mencionadas no quadro podem ser aplicadas cumulativamente com a multa.

15.4.1. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas:

15.4.1.1. A sanção por multa, calculada em caso de atraso na entrega do(s) produto(s), será cobrada no valor correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, podendo chegar até no máximo de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total do(s) produto(s)/insumo(s) em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

15.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (*caso tenha sido exigida*) ou será cobrada judicialmente.

15.5. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a CONTRATANTE.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes, *até o art. 136 (Capítulo VII)* da Lei nº 14.133/2021.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

17.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

17.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

17.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS VEDAÇÕES

18.1. É vedado à CONTRATADA:

- 18.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 18.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 32.449/2023, e demais normas aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, bem como as normas e princípios gerais dos contratos.

CLAUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá a CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e ao art. 5º, Parágrafo único, inciso V, da Lei Estadual nº 9.963, de 2015 – Lei de Acesso à Informação – LAI, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte), c/c Decreto Estadual nº 25.399, de 2015.

CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Mossoró, cidade do Estado do Rio Grande do Norte, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E para maior firmeza e validade, e como prova de assim haver entre si, ajustado e contratado, é expedido o presente contrato, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo identificadas, dele sendo extraídas as cópias necessárias à sua aprovação e execução.

Mossoró/RN, [data no rodapé com assinatura eletrônica].

(assinado eletronicamente)

Representante Legal da CONTRATANTE

(assinado eletronicamente)

Representante Legal da CONTRATADA

Testemunhas:

ANEXO III

Modelo da Proposta de Preços Final

Pregão Eletrônico 90005/2026

Processo Administrativo: (00610416.000005/2026-29)

Sr(a). Pregoeiro(a),

Seguindo os ditames editalícios, apresento a V.Sa a nossa proposta de preços para o Pregão Eletrônico 90005/2026 - HRTVM, conforme itens a seguir relacionados, especificados de acordo com Anexo I, do Edital:

Item	Descrição/Especificação	Fabricante/ Marca	Unidade de Medida	Quant.	V. Unitário	V. Total
01						
.....	Edital PE 90005 2026 LOCAÇÃO EQUIP HEMATOLOGIA (40952775) SEI 00610416.000005/2026-29 / pg. 59					

.....						
-------	--	--	--	--	--	--

Descrições Técnicas (detalhamento do produto):

Valor total da proposta:

Declaramos que a validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua entrega.

Declaramos expressamente que, no (s) preço (s) acima ofertado (s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros etc.

Prazo de entrega: 00 dias corridos, contado a partir da data da assinatura do contrato ou equivalente.

Informamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco _____, Nº _____, Agência _____, e o nosso telefone para contato é o _____, fax _____ e e-mail _____.

Atenciosamente,

Cidade/UF, 00 de 00 de 2026.

Diretor ou representante legal - RG/CPF

Outro formato de proposta poderá ser aceito, desde que seja mantido o fácil entendimento do documento e os itens solicitados.

[Incluir o texto de cada anexo que precisar constar diretamente no teor do Edital]